

**UGT INTENSIFICA AÇÃO
PARA INCLUSÃO SOCIAL
DE COMUNIDADES
INDÍGENAS DA ILHA DO
BANANAL**



**PEJOTIZAÇÃO E
COMÉRCIO ELETRÔNICO
FORAM DEBATIDOS
DURANTE 4ª PLENÁRIA
DOS COMERCIÁRIOS**



APOSENTAR, VOCÊ VAI CONSEGUIR?

**Reforma proposta pelo Governo Federal
gera grandes prejuízos aos trabalhadores
justamente no período de maior vulnerabilidade,
com idade avançada e dependendo
diretamente da sua aposentadoria**



UM JEITINHO PARA DRIBLAR A CRISE. Pág. 36

ÍNDIOS, TERRA E TRABALHO	4
FUNDACENTRO COMPLETA 50 ANOS	8
ROLO COMPRESSOR EM NOSSAS CONQUISTAS	9
UGT-RJ FORMA MULTIPLICADORES DA POLÍTICA SINDICAL HÁ CINCO ANOS	10
UGT-MG AMPLIA ACESSO À FORMAÇÃO SINDICAL	11
UGT-ES PARTICIPA DE XXVI CONGRESSO NACIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS	12
DIRIGENTES UGETISTAS SÃO ELEITOS VEREADORES NO PARANÁ	13
UNIR PARA CRESCER	14
FECOMERCIÁRIOS PROMOVE 25º CONGRESSO SINDICAL COMERCÍARIO DO ESTADO DE SÃO PAULO	15
DURA NEGOCIAÇÃO	16
IAE INOVA A MANEIRA DE PRODUZIR E ORGANIZAR AS IDEIAS NO MOVIMENTO SINDICAL	17
A EDUCAÇÃO COM FOCO NOS BAIXINHOS DE 0 A 06 ANOS	18
É PRECISO PRIORIZAR A CRIANÇA E SEUS DIREITOS FUNDAMENTAIS	20
LUTA PELA IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO	21
A REFORMA PREVIDENCIÁRIA	22
UGT-RS INAUGURA SEDE COM A PRESENÇA DO MINISTRO DO TRABALHO	25
AUSTERIDADE NA PREVIDÊNCIA SOCIAL PREJUDICARÁ OS MAIS POBRES	26
A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO SINDICAL	28
GOVERNO FEDERAL SINALIZA AMPLIAÇÃO DO DIÁLOGO COM A UGT	30
NUTRICIONISTA: O PROFISSIONAL DA VIDA SAUDÁVEL	32
SATED/SP PROMOVE 21º CONGRESSO DA FIA	33
A UNIÃO É O PRINCIPAL INSTRUMENTO DE LUTA DO MOVIMENTO SINDICAL	34
DIRIGENTES SINDICAIS COMERCÍARIOS REALIZAM 4ª PLENÁRIA NACIONAL	38
AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E O PAPEL DO MOVIMENTO SINDICAL	42

PENALIZAR A POPULAÇÃO NUNCA FOI "FÓRMULA MÁGICA" PARA VENCER CRISES



O ano de 2016 foi muito turbado para todos os brasileiros, com ataques severos contra direitos trabalhistas e previdenciários, que, sob o argumento de serem propostas para vencer a crise que o Brasil está vivendo, atingem, única e exclusivamente, as camadas mais pobres da população.

Essas pessoas, diariamente, são bombardeadas com informações sobre aumentar e igualar a idade mínima de aposentadoria para homens e mulheres; a PEC 241, que congela os recursos orçamentários do governo por 20 anos; reforma trabalhista, que, entre outras imposições, prevê a contratação de serviços terceirizados para qualquer atividade, sem estabelecer limites, acabando com a relação trabalhista e tirando direitos assegurados na CLT. Em contrapartida, a sociedade não recebe notícia de que o governo pretende mexer nos supersalários, taxar grandes fortunas ou alterar a aposentadoria dos parlamentares.

A crise que o País enfrenta já deixou como principal sequela 12 milhões de desempregados e, segundo previsão da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), neste ano o PIB brasileiro terá queda de 3,3%, com projeção de estagnação da economia para o ano que vem e expectativa de crescimento de 1,2% em 2018 – números que apontam que esse colapso na economia brasileira deverá se alastrar por mais 12 longos meses.

Contudo, acredito que não é com a implantação de políticas de austeridade que esse quadro irá se reverter, pois somente com a geração de emprego e aumento do poder de compra da população será possível voltar a fortalecer nosso mercado interno, ampliar os postos de trabalho e, conseqüentemente, a arrecadação governamental.

Marcos Afonso de Oliveira
Secretário de Imprensa da UGT

EXPEDIENTE

Presidente
Ricardo Patah

Conselho Editorial

Antonio Carlos Reis
Enilson Simões de Moura
Laerte Teixeira da Costa
Antônio M. Thaumaturgo Cortizo
Lourenço Ferreira do Prado
José Roberto Santiago
Davi Zaia
Severino Ramos
Canindé Pegado
José Moacyr Pereira
Francisco Pereira de Souza Filho
Benedito Antonio Marcelo
Marcos Afonso de Oliveira
Valdir Vicente de Barros
Eleuza de Cássia Buffelli Macari
Josineide de Camargo Souza

Secretário de Imprensa da UGT
Marcos Afonso de Oliveira
MTb 62.224

Jornalista Responsável
Mauro Ramos
MTb 11.875

Redação
Fábio Ramalho
Joacir Gonçalves

Programação Visual, Artes e Diagramação
Antonio Laudate

Fotos
FH Mendes / Arquivo da UGT

Revisão
Ana Castanho



É HORA DE OCUPAR O CONGRESSO NACIONAL!

Ricardo Patah,
presidente nacional da UGT

Mais uma vez, no apagar das luzes de um ano marcado por crise econômica, corrupção, desemprego, prisões de políticos e empresários, o Governo Federal apresenta como solução mágica um projeto de reforma da Previdência Social e outro de Reforma Trabalhista. Nos dois casos, o alvo é a retirada de direitos dos trabalhadores. O pior, no caso da Previdência Social, é que se o projeto for aprovado como o Governo encaminhou ao Congresso Nacional, vamos voltar ao tempo da escravidão! Veja você: para obter uma aposentadoria integral o trabalhador vai precisar trabalhar por 49 anos, o que é humanamente impossível numa sociedade onde a expectativa de vida é de 72 anos e, em muitos Estados do Nordeste, não passa de 67.

Somos contra a proposta da forma com que ela foi enviada ao Congresso pelo presidente Michel Temer. E ponto final. Queremos respeito ao trabalhador, ao pobre, às mulheres e a sociedade como um todo. Na União Geral dos Trabalhadores (UGT), desde o primeiro momento em que o projeto foi apresentado, nossos técnicos e economistas indicaram que as mudanças são radicais e afetam, principalmente, as mulheres, uma vez que a idade para aposentadoria passa a

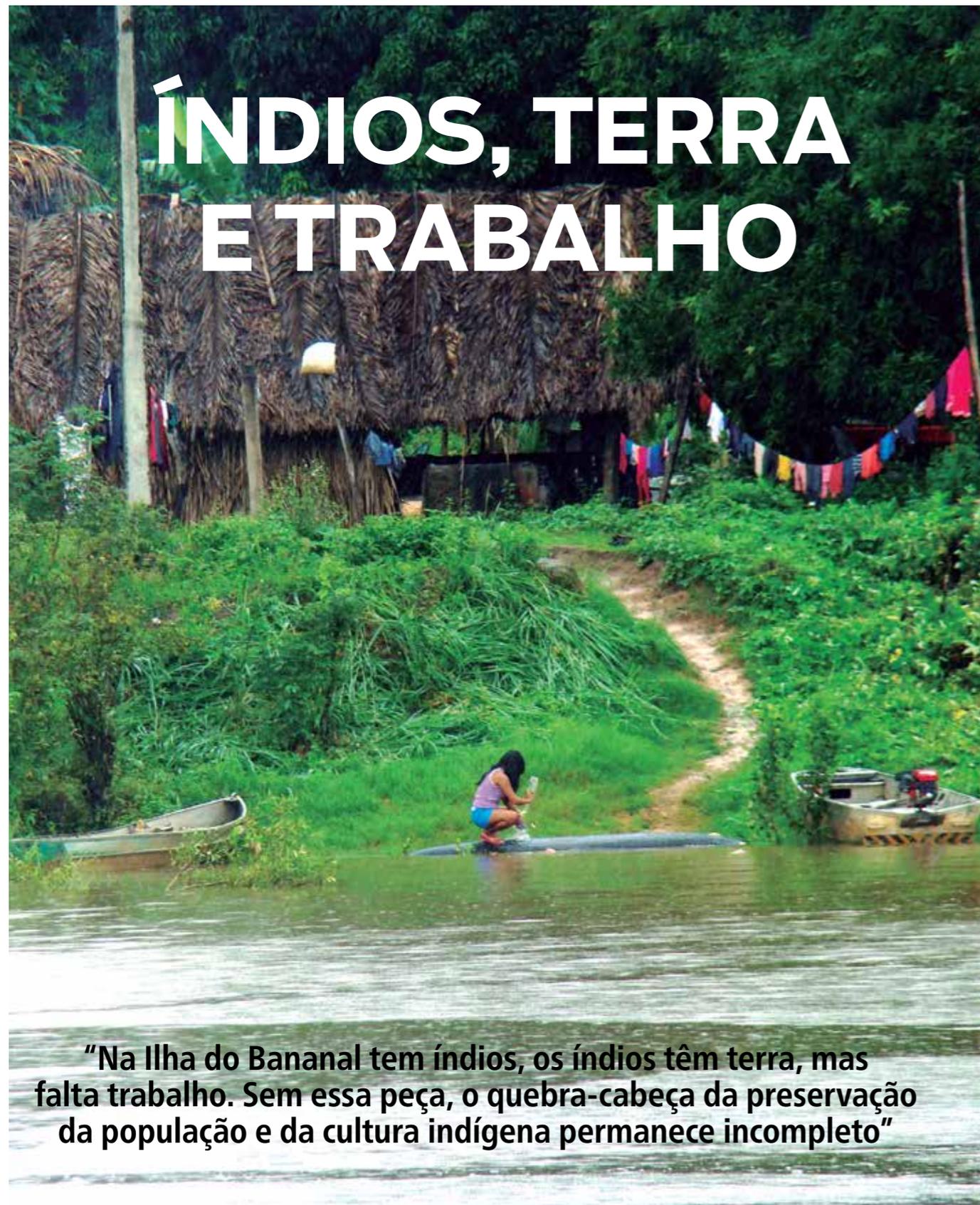
ser 65 anos. Os mais pobres também irão sofrer caso o projeto seja aprovado. Isso porque quem entra no mercado de trabalho mais cedo vai passar quase toda sua vida trabalhando sem perspectiva de uma aposentadoria. Esse dado por si só, demonstra a insensibilidade do Governo e, por que não dizer, a falta de respeito com os mais pobres e com a mulher e o árduo e duro trabalho que ela exerce como mãe, dona de casa e trabalhadora.

A UGT representa hoje 1.300 sindicatos, federações e confederações. Somos a segunda maior representação de quase 10 milhões de trabalhadores. Nosso Instituto de Altos Estudos (IAE), formado por economistas, sociólogos e técnicos em Previdência, elaborou estudos que provam que a Previdência Social não é deficitária. Na verdade, tem até sobra de caixa. O problema são as contas equivocadas que o Governo apresenta para falar em déficit. Em várias oportunidades, já afirmamos e reafirmamos que uma reforma na Previdência é necessária, mas não para punir os trabalhadores da iniciativa privada. O Brasil não pode continuar com trabalhadores de primeira e segunda categoria. Por isso, a reforma da Previdência tem que envolver, necessariamente, os servidores públicos, o judiciário,

os políticos e militares. Não se pode pensar numa reforma da Previdência apenas e tão somente para os trabalhadores da iniciativa privada.

Também não abrimos mão dos direitos conquistados e adquiridos. Esses não podem sofrer mudanças. Além disso, como o Governo apresentou o projeto, significa a privatização da Previdência e condenar o trabalhador a não ter direito a se aposentar.

Em relação à reforma trabalhista, será outro grande enfrentamento. A primeira batalha, nos dá UGT já ganhamos. O projeto inicial havia sido apresentado como Medida Provisória (MP), no entanto, a ação contundente da UGT fez com que o Governo voltasse atrás e decidisse transformar a Medida Provisória em projeto para ser discutido no Congresso. Aí vai prevalecer nossa ação junto aos deputados e senadores. Como está, o projeto se direciona mais em atender aos interesses da classe empresarial, em detrimento aos trabalhadores, mas a UGT, se for necessário, vai acampar no Congresso para evitar que ele seja aprovado como está. Para isso, contamos com a ação dos 1.300 sindicatos, federações e confederações filiadas a UGT. Nossa mobilização e união serão a força que vai evitar que a classe trabalhadora tenha prejuízos em seus direitos.



ÍNDIOS, TERRA E TRABALHO

“Na Ilha do Bananal tem índios, os índios têm terra, mas falta trabalho. Sem essa peça, o quebra-cabeça da preservação da população e da cultura indígena permanece incompleto”

“E todo dia era dia de índio. Mas agora ele só tem o dia 19 de abril.” Assim diz um dos versos da música de Jorge Benjor, eternizada na voz da cantora Baby do Brasil, na década de 1980. O verso, no entanto, exprime com cruel exatidão a atual situação dos povos indígenas, os primeiros a habitarem a “terra brasilis”.

Hoje, segundo censo do IBGE de 2010, o Brasil abriga 897 mil índios, de 305 etnias, sendo que a maioria, 572 mil, vive em áreas rurais. A conquista de um território, numa área que outrora lhes pertencia, permanece motivo de conflitos. A fragilida-

de da legislação que assegura seus direitos, a ganância dos que desejam ocupar suas terras, a preservação da cultura e inclusão social são questões que, até os dias de hoje, mobilizam a causa indígena.

E o que a UGT (União Geral dos Trabalhadores) e o trabalhador têm a ver com isso? “Tudo. Além de mencionar a defesa dos povos indígenas em sua Carta de Princípios, somos a única central sindical do País que tem em seu quadro diretivo uma secretaria exclusiva para tratar do tema”, diz Idjawa Karajá, secretário para assuntos indígenas da UGT. E complementa: “Embora extremamente importante, a

demarcação de terras não é o único gargalo da questão indígena. O índio precisa de trabalho”.

Exemplo disso, é a Ilha do Bananal, considerada a maior ilha fluvial do mundo, com cerca de 20 mil quilômetros de extensão, cercada pelos rios Araguaia e Javaés, no Estado de Tocantins. A ilha abriga cerca de 15 aldeias indígenas, dentre elas os Carajás, os Javaés, os Tapirapés, Tuxas e os Avá-Canoeiros.

“Na Ilha do Bananal tem índios, os índios têm terra, mas falta trabalho. Sem essa peça, o quebra-cabeça da preservação da população e da cultura indígena permanece »





nidade indígena das aldeias Javaés e Karajás e seus articuladores, é "Aõmysunya Awire", cuja tradução mais próxima significa "Nosso melhor projeto".

Aõmysunya Awire

Objetivo: promover a geração de emprego, trabalho e renda. Contribuir para a formação de uma comunidade autossustentável por meio do fortalecimento da cidadania e inserção socioeconômica no contexto da conservação ambiental e desenvolvimento sustentável.

O projeto, cuja construção teve início durante o 3º Congresso Nacional da UGT, em junho de 2015, começou a ganhar corpo em novembro daquele ano, quando uma equipe desembarcou na Ilha do Bananal para a realização da primeira oficina junto com a população indígena das tribos Javaé e Karajá.

Participavam da equipe Célio Mascarenhas (presidente da UGT-Tocantins), Flavio Dias da Silva (presidente do Sincarehst), Jana Silverman (diretora do Solidarity Center / AFL-CIO), Sidney de Paula Corral (se-

» incompleto", ponderou o secretário. "Infelizmente, as políticas voltadas para o índio pecam por se basear exclusivamente no caráter assistencialista. Quando conseguimos que demarcuem nossos territórios, não nos é permitido produzir nada. Não temos oportunidade de ser trabalhadores. Precisamos de uma política de desenvolvimento e isso ainda não existe dentro da Funai – Fundação Nacional do Índio."

na com o português, falta de meios de comunicação e assédio moral.

É neste cenário que a UGT e a Solidarity Center vêm desenvolvendo o projeto "Ilha do Bananal – Desenvolvimento Local", uma iniciativa realizada juntamente com os índios e que conta com a participação de novos parceiros, que estão se agregando ao processo de construção.

O nome do projeto, escolhido em comum acordo entre a comu-

Falta de perspectivas

Diante desta falta de perspectiva, têm se tornado cada vez mais frequentes as ocorrências de suicídio entre os jovens nativos da Ilha do Bananal. Só em 2013, foram registrados 11 casos. "O preconceito fora das aldeias é grande, mas o ritmo de vida que seus antepassados levavam também não os satisfaz. Deslocados, muitos veem no suicídio a única solução. O consumo abusivo do álcool é alarmante, poucos têm oportunidades de formação profissional e raros são os universitários", relata Idjawala.

Os índios ainda enfrentam problemas com o lixo trazido das cidades, ausência de equipamentos públicos de saúde e educação, pesca predatória, mistura da língua indíge-



A UGT desenvolve trabalho de inclusão social na comunidade indígena

cretário das Relações Internacionais para as Américas da UGT), Luanda de Moura (assessora estratégica), Marina Silva (assessora técnica da UGT) e Paulo Roberto do Nascimento (IPROS/UGT).

Naquele momento, foram levantadas as possibilidades de formação de convênios com fundos de financiamento e a necessidade de envolver o secretário da UGT nas discussões da agenda nacional dos assuntos indígenas, especialmente a PEC 215, que trata a demarcação de terras indígenas, hoje atribuída ao Poder Executivo, mas que pode passar a atender aos interesses do Congresso.

Em janeiro de 2016, a equipe voltou à Ilha para realizar reuniões com integrantes das aldeias e apresentar considerações sobre possíveis atividades de desenvolvimento econômico sustentável a serem implementadas. Ao final das oficinas, chegaram-se às seguintes atividades: coleta seletiva, artesanato e criação de gado.

O projeto segue em construção e, à medida que vai se desenvolvendo, agrega novos parceiros como o governo do Estado de Tocantins. No dia 22 de junho deste ano, o governador Marcelo Miranda recebeu o presidente nacional da UGT, Ricardo Patah, para selar a participação do governo estadual.

Esperança

Alguns dos atores envolvidos na construção desse projeto acreditam que as ações até então realizadas alimentam a esperança de novas oportunidades para os índios da Ilha do Bananal. "A importância é tratar o índio como cidadão brasileiro de primeira classe e recuperar a possibilidade de que ele venha a ter a proteção necessária como todo cidadão brasileiro precisa", afirmou o vice-presidente da UGT, Enilson de Souza, o Alemão.

Segundo Jana Silvermann, do Solidarity Center, existe muita expecta-

tiva com relação ao projeto. "Decidimos participar por ser uma ação inédita no mundo sindical brasileiro. Tentar imaginar um mundo melhor para os índios em conjunto com eles tem sido um grande aprendizado. Estamos vendo muitas possibilidades de seguir em frente, pois estamos tendo um intercâmbio muito rico aqui no Tocantins", finalizou Jana.

"O projeto vai de encontro àquilo que todos os povos indígenas querem, que é o resgate de sua cidadania. Se conseguirmos formar esse pessoal, resgatando suas

origens, por meio da formação básica, do artesanato, da alimentação, da saúde, dos medicamentos, das ervas medicinais, estaremos bem adiantados num processo que pode servir de modelo para outras aldeias em todo País", disse Célio Mascarenhas, presidente da estadual da UGT em Tocantins.

Para o secretário de integração para as Américas, Sidnei Corral, "a UGT, mais uma vez, sai na frente e segue dando exemplo de prática de um sindicalismo cidadão, ético e inovador".

UGT DEFENDE QUESTÃO INDÍGENA NA GUATEMALA

A UGT (União Geral dos Trabalhadores), por meio de seu secretário para Assuntos dos Povos Indígenas, Idjwala Karajá, participou, na Guatemala, da Oficina Regional para América Latina e Caribe – Aliança entre Sindicatos e Povos Indígenas.

Organizada pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), com objetivo de fornecer assistência técnica e capacitação para os Estados-membros da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, ligada à ONU, a oficina debateu, entre diversos temas, a causa indígena.

Karajá, na oportunidade, ressaltou a preocupação que a UGT tem para com os povos indígenas em nosso País: "A UGT é a segunda maior central sindical do Brasil e a única que constituiu uma Secretaria para tratar dos assuntos ligados ao meu povo". O secretário ainda destacou que a UGT está construindo um projeto pioneiro voltado para os indígenas da Ilha do Bananal, no Estado do Tocantins, e que esse projeto está sendo realizado a várias mãos (com parceiros) e poderá ser levado para todas as regiões brasileiras: "O projeto tem o foco de melhorar as condições de vida do nosso povo, principalmente combater o suicídio e resgatar nossa cultura".

Outro problema relatado foi a PEC 215, que versa sobre o poder de homologação das terras indígenas pelo presidente da República e Congresso Nacional, além de querer rever as terras já demarcadas e homologadas. Do encontro, surgiu uma carta de repúdio a essa PEC, assinada por todos os participantes do evento, realizado entre os dias 26 e 30 de setembro.



Delegação ugetista na OIT reforça a necessidade de implantar políticas de desenvolvimento nas terras indígenas



Criada em 21 de outubro de 1966, a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), instituição pioneira na prevenção a acidentes de trabalho, está completando 50 anos.

Sua inauguração acontece em plena ditadura militar, graças aos estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que passaram a abordar as condições de segurança, saúde e higiene do trabalho no Brasil.

A Fundacentro surge, então, com o objetivo de minimizar o número e a gravidade dos acidentes laborais que marcaram as décadas de 1950 e 1960.

Desde então, suas pesquisas e inúmeras contribuições para a redução e prevenção desses acidentes a colocam como referência na área. Até 1986, a Fundacentro era responsável por formar profissionais nos cursos de Medicina do Trabalho, Engenharia de Segurança do Trabalho, Auxiliar de Enfermagem do Trabalho e Técnico de Segurança do Trabalho.

A importância da entidade na luta pela melhoria das condições laborais e por saúde e segurança no trabalho



Vinculada ao Ministério do Trabalho e reconhecida por organizações internacionais, a Fundação é centro de colaboração da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) e parceira da OIT. Sua atuação permite contribuir na elaboração de políticas públicas na área de segurança e saúde laboral, bem como na normatização que assegure aos trabalhadores a prevenção de acidentes.

Em cinco décadas de difusão de conhecimentos, a Fundacentro produz a Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (periódico científico) e coordena o Programa de Mestrado Acadêmico com foco em segurança e saúde do trabalhador, oferecido a países da América Latina e de língua portuguesa.

Com a finalidade de publicar artigos científicos relevantes sobre saúde ocupacional, a revista está disponível para pesquisa e download no site da Fundacentro: www.fundacentro.gov.br

ROLO COMPRESSOR EM NOSSAS CONQUISTAS



para grandes mobilizações em 2017. Vejamos alguns dos mais graves, como é o caso da PEC 241, que congela os investimentos sociais por 20 anos. Calculem o investimento na saúde congelado por 20 anos, o investimento na educação congelado por 20 anos, o investimento em infraestrutura congelado por 20 anos, segurança por 20 anos. Se está faltando dinheiro agora para esses segmentos, calcule daqui a 20 anos. Então, essa PEC pode ser chamada de 'PEC da morte',

afirmou o senador.

De acordo com Paim, o segundo problema gravíssimo é a reforma da previdência. Da forma como vem sendo apresentada, a previdência que está ali no bloco da seguridade

social, mas que de social não vai ter mais nada, vai virar um "puxadinho" do Ministério da Fazenda, que vai se preocupar somente com números e não com o bem-estar da população.

Para o senador, a outra reforma

que traz grandes preocupações é a trabalhista. "Querem passar o negociado acima da lei. Tudo aquilo que está na CLT não vale e vai valer apenas o negociado entre as partes. Isso é rasgar a CLT", lamentou.

Paim citou, ainda, a terceirização que eles querem estender para todos, inclusive na atividade-fim. "Isso significaria um massacre contra o trabalhador. Os números apontam

que de cada 100 ações na justiça, 80 são contra empresas terceirizadas. De cada cinco mortes no trabalho, quatro são de trabalhadores terceirizados; a cada dez acidentes, oito são de terceirizados. Sem contar que o salário desse trabalhador é cerca de 40% menor", informou o senador.

"Mas o rolo compressor contra os nossos direitos não para por aí. Ainda tem a lei com a qual pretendem regulamentar o trabalho escravo. Trabalho escravo, a gente tem que proibir. Teve essa última decisão do Gilmar Mendes (juiz do Supremo Tribunal Federal), que diz que a Convenção Coletiva aprovada no ano anterior, que teria validade enquanto fosse aprovada a outra, já não vale mais, tirando, assim, a força da Convenção. Por tudo isso, tenho dito que é fundamental estarmos unidos – todas as centrais, todas as confederações, para fazermos um grande movimento nacional contra a retirada dos direitos dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas, enfim, lutar para que não diminuam o nosso direito", finalizou Paulo Paim.



Senador Paulo Paim

UGT-RJ FORMA MULTIPLICADORES DA POLÍTICA SINDICAL HÁ CINCO ANOS



Central acredita que somente por meio da formação sindical é possível ampliar suas ações e fortalecer seus atos em defesa da classe trabalhadora

Fortalecer a atuação dos dirigentes sindicais no Estado, ampliando, assim, as possibilidades de conquistas para a melhoria das condições de vida e trabalho para seus representados – com esse objetivo e a certeza do dever cumprido, a União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (UGT-RJ) encerra 2016 contabilizando a certificação, ao longo de cinco anos, de mais de 200 líderes sindicais.

O Programa de Formação Político-Sindical começou a ser implementado nas estaduais ugetistas em 2010 com a realização do Ciclo de Debates Político-Sindical e Social. Em

um trabalho conjunto com a Secretaria de Organização e Políticas Sindicais da UGT Nacional, deu-se início à realização de cursos de Formação Político-Sindical e Social e, posteriormente, de Comunicação e Oratória.

No Rio de Janeiro, a iniciativa foi posta em prática em 2011 e, desde então, dez turmas já foram certificadas: sete no curso de Formação Político-Sindical e Social e três no de Comunicação e Oratória. Ugetistas que, hoje, atuam como multiplicadores dos conhecimentos adquiridos em suas bases.

“O projeto deu tão certo aqui no Estado que, hoje, temos uma

fila de espera de 120 pessoas interessadas nos cursos. Iniciamos na nossa sede, no Centro do Rio, e, atualmente, graças ao apoio do Sindicato dos Securitários, as aulas são ministradas em Teresópolis, Região Serrana, na Sede Campestre da entidade sindical”, destaca o presidente Nilson Duarte Costa, citando o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada (Sitraicp) como um dos parceiros na formação da primeira turma de Comunicação e Oratória, em 2014, em sua Sede Campestre, em Itaboraí, região metropolitana do Rio.

O Programa de Formação representa, ainda na opinião de Nilson, uma oportunidade de envolver os jovens que timidamente começam a ingressar no movimento sindical. “As demandas atuais, bem com as formas de lidar com elas, precisam ser conhecidas. No entanto, é fundamental que os jovens conheçam a história do movimento de trabalhadores, sua trajetória de lutas e as conquistas obtidas à custa de muito suor”, enfatiza o presidente ugetista, lembrando a formação de uma turma exclusiva para os trabalhadores eleitos, pela primeira vez, para assumir o Sindicato dos Metalúrgicos de Angra dos Reis, em 2014.

Perfil das lideranças

Hoje, a UGT-RJ tem 130 entidades filiadas que, juntas, representam uma base de 900 mil trabalhadores, o que a posiciona como a maior central no Estado em número de entidades filiadas.

Estão inseridos nesse universo trabalhadores de todos os setores da economia brasileira, de garis e operários a profissionais do mercado de capitais, além de servidores públicos. Profissionais de todas

as idades que também participam, no Estado, dos cursos de inclusão digital promovidos pelo Centro de Inclusão Digital da UGT-RJ.

“Os números por si só dizem muita coisa. A UGT é uma das centrais mais novas em relação às demais e tem como diferencial que melhor a define o fato de ser uma entidade sindical que se preocupa com o cidadão, seu trabalho, sua família, saúde, educação, moradia, enfim, suas necessidades básicas, sua vida. Por isso, ao longo de nove anos de existência, temos nos tornado uma opção de mudança real para o trabalhador”, garante o presidente Nilson, para quem a formação sindical vem cumprindo o papel de fortalecer o trabalhador e suas demandas.

Promovendo mudanças

Em junho de 2011, a UGT do Rio de Janeiro formou a primeira turma. Participaram, prioritariamente, os presidentes, que, a partir de então, começaram a indicar as lideranças mais combativas.

Em cinco anos, mais de 200 sindicalistas concluíram a formação que, segundo depoimentos, tem lhes proporcionado uma significativa mudança na prática de suas ações sindicais.

O medo do microfone, a vergonha de se expor publicamente, a desinformação com relação à atuação do movimento sindical e a insegurança foram algumas das tantas barreiras superadas, segundo eles, a partir da formação.

Responsável pela implantação do programa nos Estados, o educador Erledes Elias da Silveira conclui: “Somente com a educação sindical dos dirigentes, delegados e militantes, o movimento sindical avançará na organização dos(as) trabalhadores(as) para enfrentar a doutrina neoliberal e as inovações tecnológicas e continuar lutando rumo à conquista da dignidade de vida para todos, fortalecendo cada vez mais a nossa Central”.

UGT-MG AMPLIA ACESSO À FORMAÇÃO SINDICAL



Paulo Roberto da Silva, presidente da UGT-MG

Líderes sindicais com formação e aptos a socializarem seu conhecimento são a aposta ugetista para estender suas atividades visando manter ou ampliar direitos trabalhistas

O ano de 2016 foi marcado por importantes ações desenvolvidas pela União Geral dos Trabalhadores de Minas Gerais. Entre elas, os seminários de formação e atualização das lideranças sindicais de entidades filiadas. Para a UGT-MG, é fundamental fortalecer os sindicatos, tornando-os atuantes, coesos e presentes nas bases para que haja avanços na pauta trabalhista.

Em outubro, foi realizado o seminário “Sindicalismo atuante, ético, combativo e inovador”, em Poços de Caldas, na Regional Sul de Minas, e em Montes Claros, na Regional Norte. A escolha de cidades de regiões distintas – fora do eixo da capital – segue a filosofia da Central mineira de descentralizar os debates e democratizar o acesso à informação qualificada.

Foram escolhidos temas atuais,

pertinentes ao mundo do trabalho e que geram especial preocupação ao movimento sindical, com palestrantes renomados e comprometidos com a causa dos trabalhadores. Entre os temas abordados, estavam: “Desmistificando o déficit da Previdência”, “O novo quadro político-partidário no Brasil”, “Projetos que ameaçam os direitos dos trabalhadores em tramitação no Congresso Nacional”, “Negociado x Legislado” e “Custeio da atividade sindical”.

“O momento é grave. Não podemos permitir retrocessos. Se quisermos superar os desafios postos para a classe trabalhadora, precisaremos melhorar nossa intervenção política”, afirma o presidente da UGT-MG, Paulo Roberto da Silva. Segundo ele, “subestimar a formação política é subestimar a própria razão de ser do movimento sindical”.

UGT-ES PARTICIPA DE XXVI CONGRESSO NACIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS



Um elevado nível de pronunciamentos e debates em torno de um país mais justo, que combata de forma permanente a corrupção e que prime pela ética na política, foi o que marcou o XXVI Congresso Nacional de Corretores de Imóveis, realizado, em setembro, no Centro de Convenções de Bonito, no Mato Grosso do Sul.

No evento, que reuniu mais de 800 corretores de imóveis de todo o Brasil, criou-se a Carta de Bonito, lida por Marta Recalde Lino, presidente da Comissão Organizadora do XXVI Conaci e do Sindimóveis-MS. O documento resume o que foi discutido em termos de mercado imobiliário, sua situação atual e perspectivas.

Na solenidade de abertura, Joaquim Ribeiro, presidente da Fenaci (Federação Nacional dos Corretores de Imóveis), falou da expectativa do evento: "Queremos debater o mercado imobiliário, as evoluções tecnológicas e nossas reivindicações sob a égide de um Brasil mais depurado, com menos corrupção, menos desgoverno e mais trabalho pelo bem comum e por um país onde todos tenham espaço para viver e crescer. Ao que parece, a julgar pelos últimos acontecimentos no cenário político nacional, estamos rumando nessa direção".

Também discursaram na ocasião José Augusto Viana Neto, presi-

Evento reuniu mais de 800 corretores de todo País para debater o mercado imobiliário e os desafios do setor diante da crise brasileira

dente do Creci-SP e do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas; o presidente do Secovi-SP, Flavio Amary; Carlos Augusto Baião, da Secretaria Geral do Sebrae nacional, representando o presidente da entidade, Guilherme Afif Domingos; Delso José de Souza, presidente do Creci-MS; João Teodoro da Silva, presidente do Sistema Cofeci-Creci; e o ex-senador Pedro Simon.

O Congresso prestou uma homenagem a presidentes de sindicatos de corretores de imóveis e diretores da Fenaci, que foram chamados de acordo com suas regiões, trazendo partes que formariam o mapa do Brasil. O primeiro a ser chamado foi Pierre Laffitte, ex-presidente do Sindimóveis-AL e presidente do XXV Conaci, que aconteceu em maio de 2014, em Maceió. O presidente Joaquim Ribeiro fechou essa parte da soleni-



Joaquim Ribeiro, presidente da Fenaci

dade colocando o logo da Fenaci ao lado do mapa.

Ao final do encontro, foi escolhida a cidade que sediará o XXVII Conaci, em 2018. As presidentes do Sindimóveis-ES, Maria Elizabeth de Oliveira, e do Sindimóveis-GO, Lucimar Elias, defenderam, respectivamente, a realização do evento em Vitória (ES) e em Caldas Novas (GO). Venceu, pela manifestação da plateia, a cidade de Vitória.

Ainda no evento, foram lançadas a plataforma digital de negócios Fenaci e a universidade corporativa da entidade, a Unimóveis.

DIRIGENTES UGETISTAS SÃO ELEITOS VEREADORES NO PARANÁ

É fundamental que cada vez mais sindicalistas participem dos pleitos eleitorais e façam o contraponto às medidas que visam retirar direitos trabalhistas

Em um ano marcado pela operação Lava-Jato, pela rejeição dos eleitores aos políticos e pela tentativa de retirada dos direitos trabalhistas, dirigentes uge-

tistas paranaenses demonstraram nas urnas que os trabalhadores ainda têm voz e voto.

Em Paranaguá, foi eleito, para a Câmara Municipal, o trabalhador da

área da saúde, Jaime Ferreira dos Santos (PSD), o "Jaime da Saúde". Em Cafelândia, foi reeleito o companheiro cooperário Adilson Alves Garcia (PDT), o "Dill da Copacol".

Além destes, outros dirigentes ugetistas ficaram na suplência: o bancário Luis Pereira (PTB), em Maringá; o servidor público Éder Pimenta (PSDB), em Londrina; e o frentista Antônio Vieira Martins Filho (PPL), em Cascavel.

Para o presidente da UGT-Paraná, Paulo Rossi, é cada vez mais importante a participação dos dirigentes no processo político eleitoral em nosso País. "Precisamos ocupar todos os espaços possíveis, pois é nos parlamentos que se debatem e aprovam os projetos de lei que podem ajudar ou prejudicar a vida da classe trabalhadora. Por isso, parabéns a todos os dirigentes ugetistas que se dispuseram, numa eleição com poucos recursos financeiros e com restrições eleitorais, a defender bandeiras em favor da classe trabalhadora."



Presidente da UGT-LITORAL, "Jaime da Saúde" já havia ocupado a vereança na condição de suplente e agora assume o cargo como um dos mais votados vereadores de Paranaguá



Em Cafelândia, "Dill" foi reeleito para a Câmara Municipal, sendo reconhecido pela população como um dos mais atuantes vereadores da cidade



UNIR PARA CRESCER

Por José Nascimento,
presidente do Sintraresp

Sindicalismo unitário fortalece bases e aumenta ganhos da classe trabalhadora

O Sindicato dos Trabalhadores em Restaurantes, Bares e Similares de São Paulo (Sintraresp) já nasceu com uma nobre missão: assegurar os direitos adquiridos ao longo dos 83 anos de existência do Sinthoresp, seu sindicato-irmão, que representa também os trabalhadores em hotelaria de São Paulo e Região.

A nova entidade veio findar a estratégia nefasta do sindicato patronal que, silenciosamente, decidiu desmembrar as duas categorias – Hotelaria e Gastronomia – fundando dois sindicatos independentes. Porém, ao contrário do que enfatizam os patrões, nós buscamos a unidade,

mantendo intactos direitos e conquistas das duas classes, bem como o patrimônio construído com tanta dedicação por Francisco Calasans Lacerda e sua diretoria, da qual tenho imensa honra de fazer parte.

O Sintraresp também já nasceu grande não apenas por representar uma das classes mais fortes e coesas do País, mas por poder contar com o respaldo e a experiência de uma das maiores centrais sindicais do mundo, a UGT (União Geral dos Trabalhadores), trazendo ainda mais força e legitimidade para a nossa entidade.

Esse importante passo – o da filiação ugetista – foi determinante para que se concretizasse um desejo bastante antigo de nossa categoria: o de que também o Sinthoresp se filiasse a essa importante Central, que compartilha da mesma missão e valores do nosso Sindicato. Agora, somos Sinthoresp e Sintraresp, duas entidades fortes e coligadas, filiadas à UGT.

É com essa força e esse respaldo que poderei cumprir o maior desafio da minha carreira, construída em

mais de 30 anos de atuação nas principais casas noturnas e restaurantes da América Latina e quase 30 anos como dirigente sindical. Ao lado de Calasans, que depositou em mim a confiança para dar continuidade ao seu trabalho irretocável, pretendo conduzir o Sintraresp seguindo os preceitos de fortalecimento e luta constante pela categoria da qual tenho imenso orgulho de pertencer.

A tríade composta por Sintraresp, Sinthoresp e UGT reforça nosso compromisso com todos os trabalhadores em gastronomia e hotelaria de São Paulo: o de que, juntos, somos ainda mais fortes!



José Nascimento, presidente do Sintraresp; Ricardo Path, presidente Nacional da UGT; e Isaac de Oliveira Neco, vice-presidente do Sintraresp



FECOMERCIÁRIOS PROMOVE 25º CONGRESSO SINDICAL COMERCÍARIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Evento aprova, por unanimidade, propostas por direitos dos comerciários

A Fecomercários (Federação dos Comerciários do Estado de São Paulo) realizou, de 5 a 7 de outubro, em Mogi das Cruzes, seu 25º Congresso Sindical Comerciário do Estado de São Paulo. O evento reuniu cerca de mil congressistas para discutir o tema “Unidos por Emprego, Salário e Direitos”.

Segundo o presidente da Federação, Luiz Carlos Motta, que também preside a UGT (União Geral dos Trabalhadores) São Paulo, foram constituídas diretrizes que já estão sendo aplicadas nas bases territoriais dos 69 sindicatos filiados à Federação. Juntos, eles representam 2,7 milhões de comerciários no Estado. “Nosso objetivo, plenamente alcançado, foi fazer um congresso que reafirmasse a posição da nossa categoria, manifestada no documento ‘Comerciários contra a Crise’. Ou seja, a defesa da Consti-

tuição, da CLT, do emprego, da renda e o combate efetivo à retirada de direitos em função do ajuste fiscal. Retirada de direito não gera crescimento”, disse Motta.

Para o líder sindical comerciário, a luta contra o arrocho salarial já começou a avançar na prática porque a Convenção Coletiva de Traba-

lho (CCT) da categoria foi assinada dentro do mês da data-base, 1º de setembro, com ganhos econômicos e sociais. “Fizemos o 25º Congresso com a CCT assinada. Conquistamos reajuste de 9,62% (INPC). Nesse ambiente de crise, evitamos atrasos e recompusemos o poder de compra da categoria.”

DELIBERAÇÕES

A Comissão Organizadora do Congresso, composta por Motta, Márcia Caldas e Walter dos Santos, submeteu à plenária propostas aprovadas por unanimidade,



Luiz Carlos Motta, presidente da UGT-SP e da Fecomercários

a partir das palestras ministradas. São elas: reafirmar nossa unidade de ação; reforçar o combate às medidas que estimulam as práticas antissindicais; fortalecer o enfrentamento às propostas de alteração do custeio sindical; intensificar a luta frente às pautas antitribalistas e afins, em curso no Congresso Nacional, como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241; aperfeiçoar a consciência política dos dirigentes; realizar eventos similares ao 25º Congresso junto à UGT e à CNTC (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio); além de promover debates locais nas 12 regionais da Fecomercários instaladas no Estado.

DURA NEGOCIAÇÃO



Após 31 dias de greve nacional, categoria pressiona e bancos propõem Convenção Coletiva de Trabalho de dois anos que prevê reposição da inflação em 2017

Uma das categorias de trabalhadores mais fortes do País, os bancários brasileiros pressionaram muito os bancos nesta campanha salarial, com uma greve organizada nacionalmente, com 31 dias de duração. Após muita mobilização e negociação exaustiva, a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC), filiada à UGT (União Geral dos Trabalhadores) Brasil, assinou, no dia 13 de outubro, a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, com vigência para 2016-2018.

O acordo bianual prevê 8% de reajuste mais abono de R\$ 3,5 mil, em 2016, além de correção de 15% no vale-alimentação e 10% no vale-refeição e no auxílio creche/babá. Para 2017, está assegurada a reposição integral da inflação (INPC/IBGE) mais 1% de aumento real.

“As negociações foram bastante difíceis, com certa inflexibilidade dos patrões. Levamos uma greve unificada e nacional por mais de um



Lourenço Prado, secretário de Relações Internacionais da UGT e presidente da Contec

mês. Apesar de não conquistarmos nosso pleito inicial de 15%, vejo que, em virtude do quadro econômico federal, fechamos um acordo positivo, principalmente porque, em 2017, já temos garantida a reposição inflacionária”, avalia o presidente da CONTEC, Lourenço Prado, que também é secretário de Relações Internacionais da UGT.

Outra conquista da CCT 2016/2018

foi a criação de um Centro de Realocação e Requalificação Profissional em todos os bancos, com o objetivo de proteger o emprego e evitar as demissões. “Também avaliamos positivos o fato de os bancos abonarem todos os dias de greve e a extensão da licença-paternidade de cinco para 20 dias”, contabiliza Prado.

Muita negociação

Em tempos de insegurança política e econômica, as negociações dessa Campanha Salarial dos Bancários foram uma das mais difíceis. Em 31 dias de greve nacional e com mais de 60% da categoria paralisada, os bancos resistiram em apresentar contrapropostas que atendessem ao pleito inicial dos trabalhadores, que era de 15% (cerca de 5% de aumento real).

“Tivemos uma proposta inicial de 7% de reajuste e abono de R\$ 3 mil; depois, nos chamaram para mais duas reuniões sem grandes avanços. Aí aumentaram o abono para R\$ 3,3 mil com o mesmo índice de 7%”, lembra Lourenço Prado. No entanto, apenas após 30 dias de paralisação, a Federação Nacional dos Bancos (FENABAN) apresentou a última contraproposta, que acabou selando o acordo com os bancários.

“O contexto da greve e as dificuldades nas negociações fizeram a categoria aceitar o acordo. Até porque os bancos cederam com a não reposição dos 31 dias de paralisação”, pondera.

CONFIRA AS CONQUISTAS DOS BANCÁRIOS:

Para 2016:

- ▶ reajuste de 8% nos salários;
- ▶ reajuste de 15% no vale-alimentação e de 10% no vale-refeição e no auxílio creche/babá;
- ▶ abono de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais);
- ▶ abono de 31 dias de greve, ou seja, não haverá reposição de horas não trabalhadas.

Para 2017:

- ▶ recomposição da inflação no período de ago/2016 a set/2017 mais 1% sobre os salários e as verbas salariais.

IAE INOVA A MANEIRA DE PRODUZIR E ORGANIZAR AS IDEIAS NO MOVIMENTO SINDICAL

UGT promove uma transformação ao criar um Instituto provocador, que não se limita a escrever e realizar seminários

A UGT (União Geral dos Trabalhadores) inovou ao consolidar seu Instituto de Altos Estudos (IAE) e organizar todo o material produzido durante os congressos e eventos realizados pela entidade, o que colabora com a sociedade e com os governos. “O movimento sindical, acaba adquirindo um acervo de estratégias e levantamentos feitos ao longo de décadas por meio de congressos e seminários. Organizar esse material é fundamental”, explica Roberto Santiago, vice-presidente da UGT e presidente do IAE.

Contudo, o IAE se diferencia por propor o aprofundamento do estudo sobre o presente e os desafios colocados pela sociedade e pelos governos, buscando apresentar resultados ou formular propostas concretas para estes determinados temas. “Estamos com uma proposta para a Previdência Social. Um estudo a partir dos números do Governo Federal e do caixa da Previdência. Esse é um trabalho em parceria com a Universidade de Brasília, assim você consegue elaborar um documento aprofundado e bem estruturado para apresentar. Esse é um grande avanço do nosso Instituto”, diz Santiago.

“Nós temos o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que trata especificamente da questão econômica e que também tem um grande acervo com estudos. Temos o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), que cuida, para o movimento sindical,



do parlamento em Brasília, sugerindo oposição de leis e, agora, o nosso Instituto, que se diferencia do



Roberto Santiago, vice-presidente da UGT e presidente do IAE

perfil de outros institutos que apenas escrevem e realizam seminários”, enfatizou o dirigente ugetista.

Roberto Santiago salientou que o IAE faz o papel de provocador. “O movimento sindical, pela sua característica, atua num determinado problema, mas ele não conclui porque aparece outro problema, outra coisa e outra proposta, enfim, o movimento sindical fica ‘correndo atrás do rabo’ por conta da quantidade de desafios que precisam ser superados. O IAE tem o papel dessa provocação. Então, os técnicos e os profissionais da Universidade de Brasília fazem reuniões para dizer que determinado assunto pode, no futuro, apresentar algum tipo de risco, colocando tal tema em discussão dentro do próprio Instituto. Com isso, em vários momentos, conseguimos sair na frente de outras instituições porque conseguimos prever as consequências e, assim, diminuir os danos para a classe trabalhadora”, destacou.

Segundo o sindicalista, o conjunto dos movimentos políticos, sociais e sindicais está sem criatividade para propor situações que possam minimizar o sofrimento dos atuais 12 milhões de desempregados. “Acho que 2016 ainda será um ano duro para essa população que está à procura de trabalho, mas o Instituto cumprirá um papel importante no fim deste ano e início de 2017, pois está estimulando o governo a criar câmaras, em especial a de comércio e serviço, que representa a maioria da nossa base. Lá, trabalharemos com informações de dentro do setor do comércio e serviço, que é o que a UGT mais representa, para, quando chegarmos dentro do governo, termos poder de mobilização e argumentos baseados no suporte técnico que virá do IAE”, conclui Roberto Santiago.

A EDUCAÇÃO COM FOCO NOS BAIXINHOS DE 0 A 06 ANOS

A importância da Primeira Infância na formação dos cidadãos

Que a educação de qualidade é o passaporte para um futuro próspero, todos já sabemos, contudo, segundo o "Relatório Sobre o Capital Humano", estudo do Fórum Econômico Mundial sobre o êxito dos países em preparar sua gente para criar valor econômico, divulgado em junho deste ano, as más condições da educação básica brasileira fizeram com que o País ficasse em 83º lugar entre 130.

No entanto, o Brasil vem melhorando, a passos lentos, é bem verdade, mas algo já está sendo feito graças à mudança de visão governamental e à implantação de políticas públicas voltadas para a Primeira Infância. "Evidências científicas da última década demonstram que os investimentos em políticas públicas para a Primeira Infância são mais eficazes e trazem mais retorno para a sociedade", explica Eduardo Mariano, gerente de Conhecimento Aplicado da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

Segundo Eduardo, todo o inves-



Eduardo Mariano, gerente de Conhecimento Aplicado da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

timento na Primeira Infância repercute na formação da criança, já que é nesse período que acontecem as maiores transformações físicas, psicológicas e emocionais do ser humano. "A criança começa a se formar ainda na barriga da mãe, mas até os três primeiros anos de vida é quando acontecem 70% do desenvolvimento cerebral" explica.

Mas, para ter maior eficácia, Mariano enfatiza que é preciso aumentar os recursos, tanto financeiros quanto humanos, para ampliar os cuidados com a saúde da mãe na pré-gestação, na gestação e no pós-parto, criando um ambiente sadio e rico em estímulos para o desenvolvimento e aprendizagem da criança. "Isso passa pela oferta de creches e escolas infantis preocupadas com a qualidade da interação entre adultos e crianças", diz Eduardo.

"É necessário que se olhe para a qualidade das creches e das escolas infantis e não somente para a oferta de boa infraestrutura, pois o modelo atual das creches brasileiras foi estruturado a partir de uma política de direito da mãe trabalhadora. Precisamos ampliar a atenção para os profissionais, pois qualificação e valorização do profissional fazem toda a diferença", comentou Eduardo.

No que se refere à Primeira Infância, o Brasil avançou muito nos últimos anos com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), que tem como meta universalizar a

Educação Infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches visando atender 50% das crianças de até três anos, até 2024.

Segundo matéria publicada no portal G1, em 08 de outubro de 2016, apenas 30% das crianças conseguiram vaga em creches públicas, o que mostra que o País está longe de atingir a meta do PNE.

Outro fator fundamental para a conscientização da importância do investimento no setor foi a apresentação, pela Rede Nacional Primeira Infância, entidade que reúne organizações da sociedade civil, do governo do setor privado que atuam, direta ou indiretamente, pela promoção e garantia dos direitos da Primeira Infância, do Plano Nacional pela



Primeira Infância, que propõe ações amplas e articuladas de promoção e realização dos direitos da criança de até seis anos. Em seguida, o Senado Federal aprovou a Marco Le-

gal da Primeira Infância, lei que cria uma série de programas, serviços e iniciativas voltados à promoção do desenvolvimento integral das crianças desde o nascimento.

Muita coisa ainda precisa ser feita, mas o pontapé inicial já foi dado, pois o Brasil é o primeiro país da América Latina a ter uma legislação específica para a Primeira Infância.



PRIMEIRA INFÂNCIA

É o período que vai do nascimento aos 06 anos de idade da criança. É nessa fase que se formam as bases de aprendizado que serão utilizadas ao longo de toda a vida.

No Brasil, a vulnerabilidade social atinge 21,6% das crianças de zero a três anos, segundo dados da ONG Todos Pela Educação, com base na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad) 2013. Naquele ano, mais de 3 milhões de crianças e adolescentes estavam fora da escola e, em 2014, ano da última divulgação dos dados, o mesmo estudo apresentou queda para 2,8 milhões.

É PRECISO PRIORIZAR A CRIANÇA E SEUS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Políticas públicas para a Primeira Infância são essenciais para a formação social, educacional e profissional de cada cidadão

A UGT (União Geral dos Trabalhadores), preocupada com os rumos da educação brasileira, foi até onde tudo começa, a Primeira Infância. Para tanto, entrevistou a professora dra. Julice Dias, especialista na matéria e vinculada à Universidade do Estado de Santa Catarina.

Para a Revista UGT, a professora falou sobre a importância de o poder público investir na Primeira Infância para a formação social, educacional e profissional das pessoas. "Seguindo a linha teórica de Jean Piaget (1896-1980), a criança é naturalmente dotada de capacidades cognitivas que a tornam capaz de estabelecer relações lógicas, levando-a a raciocinar e a imaginar – elementos estes essenciais para a construção do seu conhecimento", explica a professora dra. Julice.

1. Por que a Primeira Infância se torna tão importante para o desenvolvimento da criança, mesmo que o bebê ainda não saiba falar e também não tenha memória apurada do que acontece ao seu redor?

O bebê, desde que nasce, tem múltiplas formas expressivas. A fala não é a única linguagem dos seres humanos. Logo, tanto nos espaços escolares quanto nos não escolares, os adultos que interagem com os bebês devem ficar atentos a essas formas expressivas para que possam compreender os atos comunicativos das crianças, suas necessidades, desejos e inteligibilidade do mundo ao seu redor. A Primeira Infância é um período fundamental, pois cabe ao adulto oferecer suporte

para que a criança amplie sua interação com o mundo físico e social, desenvolva suas linguagens, amplie seu repertório cultural e sinta-se acolhida, amada, cuidada, com suporte afetivo emocional que lhe garanta uma imagem positiva e segura de si na interação com os outros.

2. O que melhorou no Brasil a partir da aprovação das políticas públicas voltadas para a Primeira Infância?

Com relação ao que se avançou, podemos dizer que, em vários municípios brasileiros, a expansão da oferta de vagas para crianças de 4 a 5 anos ocupou bons índices, no entanto ainda temos bastante déficit no que toca à oferta de vagas para crianças de 0 a 3 anos. Em relação à participação das famílias na elaboração e avaliação das propostas pedagógicas, ainda temos uma tímida relação entre instituições educativas e famílias.

3. Um dos pontos abordados pelo Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI) é justamente a ampliação de ofertas de educação infantil para atender, até 2016, 40% da população de até 03 anos de idade. Isso foi feito? E quais os obstáculos encontrados?

Em alguns municípios brasileiros, sim, em outros, não. Os obstáculos são vários. Mas, sem dúvida, o principal é a falta de prioridade das políticas sobre o direito das crianças à educabilidade.

4. Outro ponto abordado pelo PNPI é o que estabelece um Plano Nacional de Formação de Profissionais de Educação Infantil. Essa meta foi ou está sendo alcançada?

Sim. No Brasil, temos tido muitos avanços no que toca aos programas de formação continuada a serviço dos profissionais da



Julice Dias é professora do Departamento de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Doutora em Educação: História, Política, Sociedade, pela PUC de São Paulo, pesquisa a infância e sua educação tanto em espaços escolares como também não escolares. É pesquisadora do Grupo de Estudos em Educação Infantil (GEDIN) e vice-presidente do Conselho Municipal de Educação de Florianópolis.

educação, assim como também na formação inicial em nível de licenciaturas, tanto por parte dos Estados como dos municípios.

5. O que ainda precisa mudar para melhorar?

Tomar a infância, a criança e seus direitos fundamentais como prioridade. Tomar a criança concreta como núcleo duro das políticas educacionais. E não a criança idealizada pela mídia, pela pedagogia iluminista, pelo discurso psicologizante e patologizante que, por vezes, ainda parece imperar em algumas lógicas de ação e práticas.

LUTA PELA IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO



Santa Regina Pessoti Zagretti, secretária da Mulher da UGT, discursa durante Roda de Conversa, evento que encerrou a edição 2016 da Campanha Outubro Rosa

A Secretária da Mulher da UGT (União Geral dos Trabalhadores), desde sua criação, defende, incansavelmente, a importância de aprofundar o debate sobre igualdade de participação de mulheres e homens nas organizações sindicais e de promover políticas afirmativas de gênero.

Essa medida é positiva para ter a presença de mulheres na qualidade de dirigentes sindicais, porém só isso não é suficiente, pois necessitamos que as mulheres conheçam e participem ativamente nos espaços de poder e decisão. "Há muito tempo buscamos diminuir essa diferença e temos conhecimento de que ainda é grande. Falta muito o que fazer, mas não desistiremos enquanto perdurar essa desigualdade praticada por seres tão iguais nas necessidades", diz Santa Regina Pessoti Zagretti, secretária da Mulher.

Só ser mulher também não garante a perspectiva de gênero. Sendo assim, a Secretária da Mulher realiza campanhas, seminários e rodas de conversa, cursos de capaci-

"Há muito tempo buscamos diminuir a diferença e temos conhecimento de que ainda é muito grande. Falta muito o que fazer, mas não desistiremos" Santa Regina

tação e formação, reuniões, participação em audiências públicas, atos de rua e panfletagens com o objetivo de sensibilizar para a incorporação plena desses temas.

A igualdade de oportunidade entre homens e mulheres busca promover a autonomia financeira, sendo um instrumento de libertação das mulheres, inclusive aquelas vítimas de violência doméstica.

"Esse movimento ganha peso e importância levando em conta o comprometimento da nossa Central, que sempre luta pela ética e igualdade social", conclui Regina.

BANDEIRAS DE LUTA PERMANENTE DA SECRETARIA DA MULHER

- ▶ UNIFICAR E FORTALECER AS LUTAS DAS MULHERES E DA CLASSE TRABALHADORA, RESPEITANDO AS DIFERENÇAS;
- ▶ LUTAR PELA IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES NEGRAS E NÃO NEGRAS, COM CONTEÚDO GERACIONAL;
- ▶ ARTICULAR A LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER E DA DEMOCRACIA;
- ▶ ORGANIZAR E ATUAR EM LUTAS POR DIREITOS À SAÚDE, ECONÔMICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS;
- ▶ LUTAR PELO FIM DE TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA;
- ▶ LUTAR PELA AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA E NO MOVIMENTO SINDICAL.

A REFORMA PREVIDENCIÁRIA

Contrária à proposta de mudança radical no sistema previdenciário apresentada pelo Governo Federal, UGT recebe ministro da Fazenda e secretário da Previdência Fazenda

“Nós não queremos o caos ou uma insubordinação generalizada, mas queremos respeito”, afirmou Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), que recebeu, na sede da entidade, no dia 06 de dezembro, em São Paulo, o

ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e Marcelo Caetano, secretário da Previdência do Ministério da Fazenda, que ministraram a palestra “Situação das contas públicas para retomar o crescimento com distribuição de renda e justiça social”.

O encontro com sindicalistas foi

o primeiro contato da equipe que defende a reforma da Previdência com representantes da classe trabalhadora e, apesar de a proposta já ter sido protocolada na Câmara, às 23h58 do dia 05, Meirelles afirmou que a palestra foi um importante passo para um debate com a sociedade. “Quanto mais amplo o diálogo, melhor. Por isso, estou aqui”, disse o ministro.

Para o presidente ugetista, essa questão da reforma previdenciária precisa ser debatida com mais calma e serenidade, pois, diferentemente de outras questões apresentadas pelo governo para trami-

tação, aposentadoria é um tema sensível para a população. “Como foi apresentada a proposta, acho muito difícil que ela passe, mas nosso objetivo agora é dialogar no Congresso Nacional.”

Em sua palestra, Meirelles reforçou a necessidade do País realizar as mudanças previdenciárias propostas pelo governo e ressaltou que, se for somado o período de 2014, 2015 e 2016, essa crise que o Brasil atravessa já se torna maior do que o período de depressão de 1929 e 1930, situação que ninguém esperava. “O Brasil precisa crescer, mas o País hoje vive uma recessão

profunda. É importante avaliar as causas da crise e agir”, destacou.

Marcelo Caetano abordou a questão previdenciária como uma proposta de Estado, que precisa ser feita para garantir a existência de todo o sistema. “A situação da fragilidade das contas públicas reforça essa necessidade de reforma, mas temos também a questão estrutural, já que hoje se vive mais no Brasil.”

O secretário afirmou que a ideia do governo não é aumentar impostos, por isso serão reestudadas as isenções de contribuições sociais com o objetivo de aumentar a arrecadação. Além disso, Marcelo reforçou o objetivo do governo em acabar com “regalias” no sistema previdenciário, únicos temas abordados na proposta de reforma e que contam com o apoio das centrais sindicais.

Ricardo Patah garantiu ser inaceitável que o governo apresente apressadamente e sem diálogo com a sociedade mudanças profundas e radicais no sistema previdenciário nacional. “Com certeza, muitas manifestações ocorrerão, pois esse tema sensibiliza a população de uma forma geral. Nesse caso específico, o povo vai para a rua lutar contra as mudanças que vão trazer prejuízo para todos”, conclui.

UGT não aceita imposições e propõe ampliação do diálogo

O presidente nacional da UGT, Ricardo Patah, criticou não só o conteúdo, mas também a forma como a reforma foi apresentada pelo governo. “Não aceitamos em hipótese alguma que as mudanças sejam feitas assim, pois é muito radical. Nós fizemos um estudo que derruba a tese de que a previdência é deficitária. Temos dados que

apontam que, de 2007 a 2015, na área urbana, a Previdência teve superávit de R\$ 400 bilhões. Nosso principal problema está justamente nos 12 milhões de desempregados”, afirma Patah.

Segundo o sindicalista, o único ponto em que há concordância entre a UGT e o governo é a questão da unificação das aposentadorias, que tem como objetivo acabar com privilégios. Tirando esse tema, a Central está propondo aumentar o diálogo. “Não podemos ser simplistas e falar ‘não’ para tudo, não é dessa forma que queremos contribuir, precisamos ter um sistema equilibrado.”

“Não dá para fixar a idade mínima em 65 anos, sabendo que, no Norte e no Nordeste, há municípios e Estados em que a expectativa de vida chega a 67 ou 68 anos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou seja, essas pessoas não vão se aposentar”, explica Ricardo Patah.

Para o líder ugetista, que preside uma central que representa categorias ligadas, na sua maioria, ao comércio e serviço, como comerciantes, motoboys, entre outras profissões, as propostas apresentadas pelo governo são diretamente prejudiciais às camadas mais pobres da população e atingem, diretamente, a base da pirâmide econômica que, justamente, tem a UGT como sua entidade representante.

“A UGT representa categorias que têm salários baixos e uma série de adversidades que já faz com que os profissionais dessas áreas tenham dificuldades enormes de alcançar suas aposentadorias. Se isso acontece neste momento em que não temos a tal da idade mínima, imagina se um projeto desses é aprovado”, conclui Patah. »



“O Brasil precisa crescer, mas o País hoje vive uma recessão profunda. É importante avaliar as causas da crise e agir”
Henrique Meirelles

REFORMA PREVIDENCIÁRIA

PROPOSTA DO PALÁCIO DO PLANALTO

NOVA REGRA DA IDADE MÍNIMA: 65 ANOS PARA HOMENS E MULHERES:

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC287/2016) fixa uma idade mínima de aposentadoria de 65 anos tanto para homens quanto para mulheres. A regra também prevê que será preciso um mínimo de 25 anos de tempo de contribuição – atualmente, o tempo mínimo é de 15 anos.

REGRAS DE TRANSIÇÃO:

Para homens com mais de 50 anos e mulheres acima de 45 que ainda não podem se aposentar, foi criada uma regra de transição para atenuar suas perdas. Para este grupo demográfico, mantém-se a regra atual de idade mínima e tempo de contribuição, mas se altera o cálculo do benefício. Eles terão que pagar uma espécie de pedágio de 50% sobre o tempo que faltava para a aposentadoria por contribuição.

MUDANÇAS NO CÁLCULO DO BENEFÍCIO: 49 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO:

Com a nova regra, o cálculo do benefício passa a ser equivalente a 76% da média salarial mais um ponto percentual por ano de contribuição adicional (além dos 25 exigidos). Logo, para ter direito à aposentadoria integral, será preciso somar 49 anos de contribuição. Antes da mudança proposta, o cálculo era equivalente a 70% da média salarial mais um ponto percentual para cada 12 anos completos de trabalho.

SERVIDORES PÚBLICOS:

Os servidores públicos que possuem um regime próprio de Previdência Social também serão incluídos nas novas regras, mas terão regras de transição (para homens com mais de 50 anos e mulheres acima de 45) por um período de dois anos.

PENSÃO POR MORTE TERÁ CORTES:

Atualmente, a pensão é integral, mas, pela proposta do governo, deverá ser reduzida para 50% mais 10% por dependente. Além disso, ela será desvinculada do reajuste do salário mínimo.

PARLAMENTARES:

Atualmente, políticos seguem critérios especiais de aposentadoria – podem se aposentar aos 60 anos de idade e 35 de contribuição. A nova regra prevê que eles passem a obedecer as regras do Instituto Nacional do Seguro Social. Caberá a cada Estado e à União fazer as regras de transição para parlamentares.

PROPOSTA DAS CENTRAIS SINDICAIS

1. Revisão ou fim das desonerações das contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento das empresas;
2. Revisão das isenções previdenciárias para entidades filantrópicas;
3. Alienação de imóveis da Previdência Social e de outros patrimônios em desuso, por meio de leilão;
4. Fim da aplicação da DRU (Desvinculação de Receitas da União) sobre o orçamento da Seguridade Social;
5. Criação de Refis para a cobrança dos R\$ 236 bilhões de dívidas ativas recuperáveis com a Previdência Social;
6. Melhoria da fiscalização da Previdência Social, por meio do aumento do número de fiscais em atividade e aperfeiçoamento da gestão e dos processos de fiscalização;
7. Revisão das alíquotas de contribuição para a Previdência Social do setor do agronegócio;
8. Destinação à Seguridade e/ou à Previdência das receitas fiscais oriundas da regulamentação dos bingos e jogos de azar, em discussão no Congresso Nacional;
9. Recriação do Ministério da Previdência Social.

Fonte: DIEESE

UGT-RS INAUGURA SEDE COM A PRESENÇA DO MINISTRO DO TRABALHO

A União Geral dos Trabalhadores, base Rio Grande do Sul (UGT-RS), conquistou, no segundo semestre deste ano, sua nova sede. A inauguração contou com a participação de diversos líderes sindicais e autoridades, dentre os quais o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira; o presidente da UGT Nacional, Ricardo Patah; o deputado estadual Maurício Dietrich; o presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Cássio Trogildo; os vereadores Cláudio Janta e Márcio Bins Ely; o secretário Municipal do Trabalho de Porto Alegre, João de Deus Antunes; além da imprensa.

O presidente da UGT-RS, Paulo Roberto Barck, mostrou-se bastante emocionado com a presença dos companheiros e enfatizou a importância da união das centrais sindicais em prol dos direitos dos trabalhadores. “Precisamos estar juntos, pois defendemos os mesmos ideais. Independentemente da bandeira que carregamos, o propósito é o mesmo: defender os direitos dos trabalhadores, fazer com que sejam oferecidos a eles melhores condições de trabalho e melhores salários”, disse.

Para o presidente da UGT Nacional, Ricardo Patah, a maior necessidade dos dias atuais é a geração de empregos, seguida pela não divisão das bases sindicais. “Precisamos tirar das ruas os cerca de 13 milhões de brasileiros que estão sem trabalho. Precisamos defender o emprego, a inclusão social. Somos conhecedores das dificuldades, mas não podemos deixar de lutar por melhores condições”, enfatizou.

Já o ministro Ronaldo Nogueira, comerciante de origem, aproveitou a ocasião para selar os discursos e frisar a importância da união das centrais, sem divisão das bases. Salientou também a relevância da criação de vagas de trabalho, com

o intuito de acabar com a crise moral e econômica que assola o País. “O brasileiro não quer favores, quer oportunidades. E é isso que precisamos oferecer.”

O evento solidificou a importância da Central sindical no Estado. A história da UGT se iniciou em 2007, durante o Congresso Nacional de Trabalhadores realizado em São Paulo. A entidade foi formada pela unificação das centrais Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Social Democracia Sindical (SDS), Central Autônoma de Trabalhadores (CAT) e um grupo de sindicatos independentes. Foi constituída para defender os trabalhadores brasileiros por meio de um movimento sindical cidadão, ético, inovador solidário, independente,



democrático e, acima de tudo, pluripartidário. Logo que foi fundada, a UGT teve a preocupação de organizar núcleos em todos os Estados. No Rio Grande do Sul, a fundação ocorreu em 17 de setembro de 2007.

Todos estão convidados a visitar a nova sede da UGT-RS, localizada à Rua Sete de Abril, 450, sala 201, Bairro Floresta. Mais informações sobre a entidade podem ser obtidas pelo telefone (51) 3557-1123.

V PLENÁRIA ESTADUAL

No dia 8 de novembro, aconteceu a V Plenária Estadual da UGT do Rio Grande do Sul, na bela cidade litorânea de Torres. Além de abordar as questões normativas da instituição, a Plenária teve como intuito apresentar uma etapa do Plano Estratégico das Ações Sindicais, Políticas, Sociais, Culturais e Jurídicas da UGT – Gestão 2015/2019.

O presidente da UGT-RS, Paulo Roberto Barck, destacou a pluralidade da instituição. Mais de 100 representações de entidades de trabalhadores filiadas à UGT-RS participaram da Plenária, que durou até o dia 10.

Vale destacar a programação do dia 9, em que o professor Erledes Elias da Silveira, assessor sindical da UGT, a partir de uma breve análise da crise política e econômica que passa o Brasil, relacionou aspectos teóricos com a realidade do movimento sindical de base. Foi um momento de grande troca de experiências e interatividade com a plateia.

“Participar de eventos de formação como este da UGT-RS nos possibilita fazer o debate com os trabalhadores e sindicatos de base sobre a importância que temos de refletir sobre o mundo em que vivemos, o mundo do trabalho e o papel do movimento sindical”, esclareceu o professor.



AUSTERIDADE NA PREVIDÊNCIA SOCIAL PREJUDICARÁ OS MAIS POBRES

Trabalhador precisa de orientação para entender as mudanças

Em tempos de mudanças na Previdência, que vive a expectativa de uma reforma que pode trazer grandes prejuízos aos trabalhadores, um dos grandes problemas enfrentados é a falta de informação. “Todos os dias, somos bombardeados por um festival de alterações de normas e regras que deixam o aposentado ou quem está em vias de se aposentar totalmente perdido. E orientar o trabalhador na ativa ou o que já se encontra aposentado deve ser uma das funções das entidades sindicais”, afirmou o presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas (Sindiapi/UGT), Natal Leo.

Segundo o presidente, o dirigente sindical deve ter o compromisso de ser o principal orientador em ações que envolvem a Previdência Social, sendo fundamental que este papel seja exercido com qualidade e eficácia, pois o trabalhador pouco ou quase nada entende do assunto e poderá ser enganado por terceiros e até ter perdas quando da resolução de suas necessidades na área de previdência.

“Boatos e mentiras são constantes e difundidos de formas variadas com objetivo de confundir e enganar o trabalhador. Sendo assim, a entidade sindical deverá estar atenta e preparada para orientar e ajudá-lo a sair dessas armadilhas”, disse o presidente do Sindiapi-UGT, que destacou alguns princípios que devem pautar as entidades sindicais:

Missão Previdenciária:
“Contribuir para a melhoria da qualidade do trato dos assuntos previdenciários que envolvem o



“Todos os dias, somos bombardeados por um festival de alterações de normas e regras que deixam o aposentado ou quem está em vias de se aposentar totalmente perdido. E orientar o trabalhador na ativa ou o que já se encontra aposentado deve ser uma das funções das entidades sindicais”

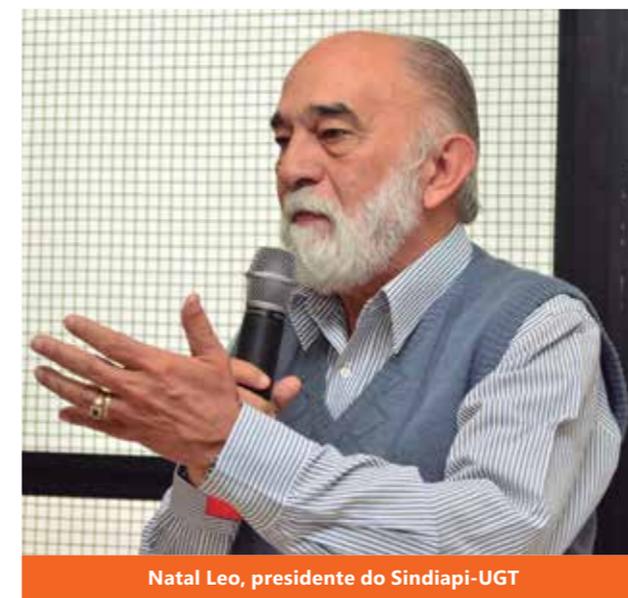
trabalhador, oferecendo ajuda qualificada para atender às necessidades de orientação previdenciária, com elevado padrão de excelência, transparência e sendo socialmente responsável, em alinhamento às expectativas do trabalhador.”

“Ser referência para o trabalhador como especialista em Previdência, primando pela excelência no atendimento e por resultados na orientação.”

Para o Sindiapi/UGT, a entidade só irá atender às premissas e conceitos aqui citados se propiciar aos seus dirigentes capacitação e formação para se tornarem disseminadores de informações e orientação previdenciária. É preciso saber esclarecer dúvidas sobre o papel

da Previdência; conhecer a importância do preparo para se aposentar; entender, como especialista, as regras e rotinas dos processos de aposentadoria; conhecer todos os serviços oferecidos pela Previdência e os critérios e cuidados para impor recursos ou revisão; ser um constante observador e estudioso em Previdência, pois o segmento recebe constantes mudanças, quer por nova legislação ou por ganhos judiciais.

“Para que se torne realidade o aqui afirmado, o Sindiapi/UGT dispõe de ferramentas para viabilizar as condições necessárias para buscar uma aposentadoria decente para os trabalhadores representados pela UGT”, finalizou Natal Leo.



Natal Leo, presidente do Sindiapi-UGT

INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE IDOSO APOSENTADO NO BRASIL



- ▶ 17 milhões dos aposentados são idosos.
- ▶ 82,1% dos idosos aposentados sobrevivem dos benefícios recebidos da Previdência.
- ▶ 13,5% da população são idosos aposentados.
- ▶ 70% dos idosos aposentados dependem exclusivamente do SUS para cuidar da sua saúde.
- ▶ De 64,0% a 74,2% dos idosos aposentados são responsáveis pela renda que sustenta a família.
- ▶ 7 milhões dos idosos aposentados estão inadimplentes.
- ▶ 72,3% a 96,5% dos idosos aposentados fazem uso contínuo de remédios.
- ▶ 48,7% do orçamento familiar é gasto com remédios para os idosos aposentados.
- ▶ 100% dos idosos aposentados de baixa renda dependem da distribuição gratuita de remédios.
- ▶ 6,9 milhões de idosos aposentados estão no mercado de trabalho (junho de 2016).
- ▶ Em 2015, os idosos aposentados movimentaram R\$ 27,7 bilhões por mês, de um total de R\$ 360,5 bilhões/ano.
- ▶ 19 milhões dos idosos aposentados correspondem a 79,3% da população idosa do Brasil.
- ▶ 6 milhões dos idosos aposentados voltaram a trabalhar (com a crise em 2016, o desemprego deste segmento está em 132%).
- ▶ 70,7% dos idosos aposentados gostam de trabalhar.
- ▶ Em 64% das cidades brasileiras a renda dos idosos aposentados é determinante na vida econômica do município.
- ▶ O volume de benefícios recebidos pelos idosos aposentados chega a ser, em alguns municípios, bem maior que o recebido no fundo de participação.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO SINDICAL



A Secretaria Nacional de Formação buscou parceria com o Instituto Paulo Freire, para que as ações formativas tenham como referência, principalmente, aquele universo de princípios filosófico-políticos e pedagógicos desenvolvidos pelo educador.

Para tanto, a Secretaria Nacional de Formação buscou parceria com o Instituto Paulo Freire, para que as ações formativas tenham como referência, principalmente, aquele

universo de princípios filosófico-políticos e pedagógicos desenvolvidos pelo educador.

A Formação Sindical é estratégica para a consolidação da luta da classe trabalhadora, partindo da construção coletiva de um novo conhecimento derivado da interpretação da realidade vivida pelos(as) trabalhadores(as) até chegar à conquista de novos espaços de atuação nacional e internacional, seja em função do desempenho dos(as) dirigentes sindicais, ou pela necessidade de construir coletivamente um conhecimento a partir da leitura de mundo dos(as) trabalhadores(as).

A Secretaria Nacional de Formação está realizando seminários nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte, com o objetivo de apresentar linhas gerais da Política Nacional de Formação e do Sistema Nacional de Formação às secretárias(os) de formação das estaduais, assim como detectar as necessidades formativas de cada região.

A partir dessa etapa inicial, a UGT e a Secretaria Nacional de For-



Josineide de Camargo Souza, secretária Nacional de Formação da UGT

mação esperam garantir a gestão democrática e descentralizada dos programas e atividades de formação, com o compartilhamento de responsabilidades, acompanhamento e avaliação de todas as instâncias envolvidas.

São profundas as mudanças que estão acontecendo nas últimas décadas com a aceleração de um processo expansivo de globalização. As circunstâncias políticas e sociais e a convivência humana se condicionam fortemente. O movimento dos trabalhadores requer uma constante atualização e a formação é o valor da pessoa como sujeito e centro da vida social.

As organizações sindicais estão desafiadas a procurar ações mais efetivas de combate às práticas de ataque aos direitos humanos, trabalhistas e ambientais. Percebe-se, cada vez mais, a necessidade de os sindicatos se envolverem em questões sociais, como a construção de um mundo mais sustentável e a garantia do Trabalho Decente.

Setor é crucial e estratégico para a estrutura organizacional da classe trabalhadora

Nesse sentido, a UGT (União Geral dos Trabalhadores), por meio da Secretaria Nacional de Formação Sindical, concebe a questão formativa como elemento fundamental para o crescimento e avanço da Central diante de uma enorme demanda social no Brasil com respeito à formação dos(as) trabalhadores(as) em seu sentido mais amplo.

Impulsionada por importantes transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho e pela

crescente necessidade de incorporar novos elementos e temas à luta sindical, a UGT se preocupa com a formação, que adquire um caráter prioritário e primordial para o crescimento e reconhecimento da entidade em níveis estadual, regional, nacional e internacional.

Com esse objetivo, a UGT cumpre um importante papel na busca da consolidação de um Sistema Nacional de Formação. A expectativa é que esse Sistema propague a unidade e a coerência cada vez maiores de princípios, diretrizes, concepções e procedimentos metodológicos. Desse modo, poderemos avançar e consolidar-nos enquanto representação sindical nacional com forte projeção internacional, não apenas do ponto de vista prático, mas, sobretudo, ideológico, político e cultural.

PISO

1.500 REAIS

NACIONAL JÁ!

UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES
www.ugt.org.br
RICARDO PATAH, presidente



GOVERNO FEDERAL SINALIZA AMPLIAÇÃO DO DIÁLOGO COM A UGT

Encontro com Raul Jungmann, ministro da Defesa, teve como objetivo reverter a situação dos 12 milhões de desempregados

Como forma de aproximação entre o governo do presidente Michel Temer e a UGT (União Geral dos Trabalhadores), o ministro da Defesa, Raul Jungmann esteve, no dia 07 de outubro, na sede ugetista, em

São Paulo, para um café da manhã com dirigentes da Central.

O encontro teve como pauta o atual cenário político do Brasil e as mudanças de que o País necessita para retomar o caminho do desenvolvimento econômico e social. "A

partir de agora, podemos fortalecer esse processo de relacionamento e diálogo. É isso que diferencia a UGT, pois não vamos para a rua sem saber exatamente o que está acontecendo", disse Ricardo Patah, presidente nacional da UGT.

O ministro Jungmann ressaltou que a UGT se destaca por ser plural e fiel à classe trabalhadora, tendo a capacidade de mudar e se adaptar para ter trânsito livre e conversar com qualquer governo. "Esta é uma

Central que eu admiro, por ter a coragem de mudar, porque o mundo está mudando. É imprescindível que haja soberanamente e criticamente esse tipo de diálogo entre o governo e a Central", observou o ministro.

Jungmann fez uma relação entre o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff e o do presidente Fernando Collor, ocorrido em 1992, e destacou que a maior diferença entre os dois casos foi justamente a popularidade.

No impedimento de Collor, a população e o Congresso estavam de um lado e o então presidente, de outro, no seu isolamento. Isso foi fruto de um processo em que havia o movimento pela ética, que reuniu 183 entidades e o Congresso, que havia instaurado a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no período em que Pedro Collor, irmão de Fernando Collor, concedeu uma entrevista que foi o estopim e resultou na queda do ex-presidente.

A junção desses fatos fez com que PSDB e PMDB se aliassem aos partidos de esquerda e passassem a apoiar o impeachment – uma uni-

dade que fez com que o afastamento de Collor tivesse uma passagem relâmpago tanto na Câmara quanto no Senado.

No caso Dilma, apesar dos protestos, ela ainda tinha uma base social e política que se manteve fiel e fez com que o processo durasse quatro meses, pois, tanto nas ruas quanto no Congresso, não houve unanimidade em relação ao afastamento da presidente. "Eu não fui favorável ao afastamento da presidente Dilma, por isso foi uma decisão difícil de ser tomada. Houve um momento em que me vi angustiado, pois eu não conseguia acreditar que o governo tivesse capacidade de reverter a crise, justamente porque ele havia perdido o poder de governar", explicou Raul.

Agora, terminado todo o processo de impeachment, é fundamental que haja uma aproximação do governo com a classe trabalhadora e, nesse cenário, a UGT torna-se protagonista. "Politicamente e economicamente, esse diálogo é fundamental, principalmente diante das propostas que aí estão, ainda abertas e no processo de debate, fazendo da UGT uma ferramenta importante", disse o ministro.

Diante disso, Patah propôs um estreitamento nos laços entre a UGT e o Governo Federal, visando aumentar a conversa com representantes da classe trabalhadora. "Não estamos aqui para falar somente 'não'. Queremos ser ouvidos porque temos propostas e acreditamos ser inaceitável o País conviver com 12 milhões de desempregados."



"A UGT se destaca por ser plural e fiel à classe trabalhadora, tendo a capacidade de mudar e se adaptar para ter trânsito livre e conversar com qualquer governo", diz Raul Jungmann

NUTRICIONISTA: O PROFISSIONAL DA VIDA SAUDÁVEL

Sindicato luta pela valorização de uma categoria fundamental na sociedade moderna, pois trabalha em função da boa alimentação, o que reflete na prevenção de doenças



Nas grandes cidades, a cultura da vida saudável, que alia práticas esportivas e reeducação alimentar, está cada vez mais fortalecida. Mas, para que a pessoa tenha os retornos desejados, é preciso que haja o acompanhamento de profissionais especializados, como o nutricionista. "O profissional dessa área pode atuar em vários setores, como nas escolas, ajudando as merendeiras a fazer a refeição das crianças, nos hospitais, entre outros", explica Ernane Silveira Rosa, presidente do Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo.

Ernane salienta que a profissão do nutricionista é uma das mais importantes, porque ele previne doenças por meio da alimentação saudável. "Nutrir vem de quando você amamenta seu neném e, quando se nutre, se dá amor e tudo o que você tem de melhor

para esse bebê. Isso é fundamental para lutar contra diversos tipos de problemas, como absenteísmo e doenças", diz o dirigente.

O sindicato, que completou 27 anos, enfrenta inúmeros desafios. Um deles é com o governo do Estado, que realizou concurso público visando contratar nutricionistas para ajudar a fazer as merendas escolares, mas pagando um salário muito abaixo do piso da categoria. "O Sindicato espera que o Estado valorize esses profissionais que já têm um salário baixo, um piso muito ruim", esclarece Ernane.

"Vejo o nutricionista como um profissional que previne doenças, uma vez que a boa prática alimentar é fundamental para termos cidadãos saudáveis. Isso é bom para todos: para os cidadãos, que ganham com qualidade de vida, e o Estado, que economiza em atendimentos no SUS, remédios ou afastamentos por doença", descreve.

Entre as bandeiras de luta do Sindicato, pode-se destacar o trabalho que visa à união da categoria com ações do Conselho Regional de Nutricionistas e a realização de atividades culturais, como o concurso de redação que a entidade sindical

Ernane Silveira Rosa, presidente do Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo

realizou e que foi um sucesso, superando o número de textos que a direção esperava. Com o tema "Por que somos os profissionais mais importantes da área da saúde", o concurso premiou as melhores redações feitas de próprio punho.

Outra iniciativa é a aproximação com os profissionais do interior paulista. "Apesar de sermos 30 mil profissionais no Estado, sabemos que muitos são desmobilizados em relação ao Sindicato, por isso estamos propondo esse trabalho de aproximação", conta o presidente.

Ernane enfatizou que o Sindicato já realizou um evento em Presidente Prudente e realizará uma série de encontros em outras regiões, contemplando inicialmente Ribeirão Preto, com a promoção de um curso de capacitação para nutricionistas que atuam no setor clínico. "Essa é uma iniciativa muito importante para o Sindicato, que se aproxima ainda mais dos trabalhadores do interior, e para o setor, que ganha com demanda de profissionais cada vez mais qualificados", conclui o dirigente.



SATED/SP PROMOVE 21º CONGRESSO DA FIA

Evento reconduz Ferne Downey a presidência da Federação Internacional de Atores

Entre os dias 22 e 25 de setembro, São Paulo sediou o 21º Congresso da Federação Internacional dos Atores – FIA. O evento reuniu cerca de 160 artistas, representando os cinco continentes. Com o tema "Trabalhando pela Diversidade", as discussões concentraram-se na busca de igualdade de oportunidades e na luta contra qualquer tipo de discriminação.

Os delegados abordaram os muitos desafios enfrentados pelos artistas atuais em um ambiente de mídia e entretenimento globalizado, procurando desenvolver novas estratégias para atendê-los. Os desafios vão desde as práticas discriminatórias nas produções internacionais até a remuneração pelo uso de imagem no ambiente digital e o acesso aos direitos fundamentais dos trabalhadores atípicos.

Durante o Congresso, foi realizada a eleição da nova diretoria da FIA, que teve a canadense Ferne Downey reconduzida ao cargo de presidente. Ela agradeceu aos delegados da Federação por sua renovada confiança e declarou: "Estamos maravilhosamente posicionados para agir de acordo com os planos e prioridades que fizemos juntos neste 21º Congresso Mundial. Atuaremos pela diversidade e trabalharemos para promover as causas da não discriminação, igualdade de oportunidades e diversidade para os membros, independentemente do sexo, raça, etnia, deficiência, idade ou orientação sexual. Ampliaremos e aprofundaremos nossos esforços de diversidade e faremos com que nossa inspiração se manifeste em nosso plano estra-



Ligia de Paula Souza, presidente do SATED/SP, e Ferne Downey, presidente da FIA

tégico para os próximos quatro anos. Somos ativistas. Nossa alegria é traduzir esses movimentos de orientação em ação que podemos realizar juntos ao tomar os ideais e sonhos que compartilhamos no Congresso e transformá-los, tornando nossas aspirações reais".

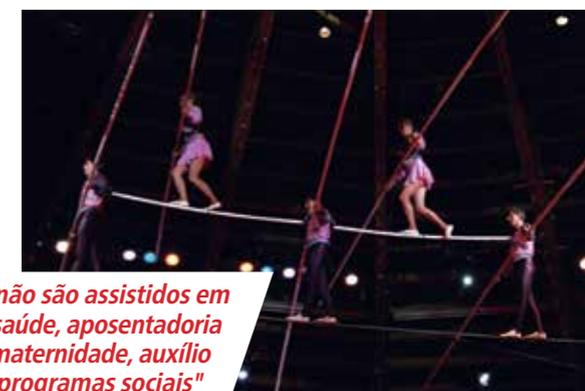
Quem também foi eleita para integrar a direção da entidade, ocupando uma das vice-presidências, foi Ligia de Paula Souza, presidente do SATED/SP (Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões – SP).

Durante suas intervenções, a presidente do SATED/SP enfatizou a necessidade de ações em defesa do artista de circo. "O mundo do circo estará entre as nossas prioridades, pois os artistas se encontram em constante risco de vida."

Um dos documentos elaborados durante o Congresso foi uma moção de

apoio ao artista circense, assinada pelos sindicatos de artistas da América Latina. A moção ressalta que os artistas de circo não são assistidos em direitos básicos como saúde, aposentadoria por idade, salário maternidade, auxílio doença e uma série de programas sociais. A moção também destaca a necessidade de que o governo crie um programa de isenção das taxas de licença para instalação de suas lonas.

Para Ligia de Paula Souza, a realização do 21º Congresso da FIA foi um grande sucesso. "Agradecemos a nossa Central UGT (União Geral dos Trabalhadores) pelo apoio, sem o qual não poderíamos cumprir esse importante ato sindical mundial", finalizou.



"Os artistas de circo não são assistidos em direitos básicos como saúde, aposentadoria por idade, salário maternidade, auxílio doença e uma série de programas sociais"

A UNIÃO É O PRINCIPAL INSTRUMENTO DE LUTA DO MOVIMENTO SINDICAL

A importância da UGT para a organização da classe trabalhadora e a filiação do Sinthoresp à segunda maior central sindical do País

Sabemos que a União Geral dos Trabalhadores (UGT) já é a segunda maior central sindical do País. Esse fato demonstra, por si só, seu protagonismo no contexto da organização sindical brasileira. Dirigida por sindicalistas altamente qualificados, começando por seu presidente, Ricardo Patah, cuja inteligência, desenvoltura e autenticidade consolidam essa preferência que vem fazendo a entidade crescer, podemos dizer que filiar-se a esta central é motivo de orgulho para todo e qualquer sindicalista que tenha, em sua mente, a prática de um sindicalismo dinâmico e sadio.

A condição de fundador da Nova Central dos Trabalhadores (NCST), que de igual modo congrega importantes sindicalistas do País, cujo exemplo maior chama-se José Calixto Ramos, fortalecido por outros não menos importantes, como Moacyr Roberto Tesch Auersvald, que é o presidente de nossa Confederação de Turismo e Hospitalidade (CONTRATUH), de certa forma inibia a ideia de filiação do Sinthoresp à UGT. Não obstante, eram comuns as manifestações de nossos companheiros empregados em hotéis, restaurantes, bares e similares, no sentido de que essas duas centrais sindicais deveriam se fundir numa única entidade, vontade essa revelada por nossos companheiros de



categoria profissional que nos fez lutar pela concretização dessa ideia.

Andamos conversando sobre o assunto com os presidentes Patah e Calixto, mas o presidente da Nova Central abominou a ideia e isso nos obrigou a não voltar a falar sobre o assunto fusão, mas ampliou o desejo que tínhamos em nos filiar à UGT, que acredito ser fruto da afinidade natural do Sinthoresp com o Sindicato dos Comerciários, pois o comércio é o nascedouro de ambos.

Pelo fato de representar a categoria dos trabalhadores do comércio hoteleiro e similares na região da Grande São Paulo, sempre houve uma afinidade entre Sinthoresp

e o Sindicato dos Comerciários de São Paulo, também presidido atualmente pelo companheiro Ricardo Patah, que também preside a UGT, por quem a diretoria do Sinthoresp nutriu sempre uma destacada simpatia. Essa reciprocidade foi gradativamente ganhando força até tornar-se inevitável a filiação do Sinthoresp à Central.

A própria denominação da UGT – União Geral dos Trabalhadores – faz referência à necessidade de os trabalhadores permanecerem unidos. Até porque, muitas vezes, as crises são usadas exageradamente para justificar a redução de direitos conquistados por meio de lutas his-

tóricas. Estamos agora mesmo assistindo à ofensiva patronal no sentido de implantar a terceirização da mão de obra, o negociado prevalecendo sobre o legislado, ampliação de tempo de aquisição do direito de aposentar-se, etc., tudo em nome de uma empregabilidade que costumeiramente se tem revelado fictícia. Evidentemente, somente se poderá imaginar a hipótese de o negociado vir a ser melhor do que o legislado se houver entidades sindicais fortalecidas pela autenticidade de seus dirigentes. Isso quer dizer que precisa haver discursos uníssomos. Como uma orquestra afinada num só diapasão. É possível que o Supremo Tribunal Federal que agora começa a valorizar nesse sentido o artigo 7º, da Constituição Federal, esteja contando com essa evolução no âmbito da representatividade sindical.

A criação da nova entidade SINTRARESP

A criação do Sindicato dos Empregados em Restaurantes, dividindo a categoria profissional que originariamente congrega todo o setor denominado de “Comércio Hoteleiro e Similares”, tido como



"Pelo fato de representar a categoria dos trabalhadores do comércio hoteleiro e similares na região da Grande São Paulo, sempre houve uma afinidade entre Sinthoresp e o Sindicato dos Comerciários de São Paulo", diz Francisco Calasans

tal hotéis, restaurantes, bares e todos os demais estabelecimentos assemelhados, contradiz, de certo modo, o que foi dito acima sobre a necessidade de união entre os trabalhadores. De nossa parte, sempre entendemos que nossa categoria profissional, formada por cozinheiros, garçons, maitres, barmen, etc., que se ativam tanto em hotéis como em restaurantes e similares, atendendo, portanto, aos preceitos contidos no Art. 511 da CLT, deveria ser mantida em sua integridade, conforme concebida pelo legislador celetista. Como o esfacelamento interessa à classe patronal, que, diga-se de passagem, mantém ainda fortes resquí-

cios da era da escravidão, assistimos, entristecidos, ao próprio Ministro de Estado do Trabalho e Emprego acolher essa pretensão patronal partindo ao meio a categoria econômica, colocando hotéis de um lado e restaurantes de outro, para violentar obreiros que viviam irmanados na mesma atividade profissional há mais de 80 anos. Tornou-se, pois, inevitável a criação do SINTRARESP no seio do Sinthoresp para evitar-se mal maior aos associados e seus familiares, caso essa iniciativa fosse tomada por aventureiros. Criado o sindicato, sua filiação à UGT foi apenas uma questão de opção de sua própria diretoria que, por seu turno, contribuiu para a mesma opção por parte do grupo que constitui a diretoria do sindicato remanescente. Que a unidade seja mantida é o que se propõe e espera.



O autor da matéria, Francisco Calasans Lacerda, presidente do Sinthoresp

UM JEITINHO PARA DRIBLAR A CRISE

Com milhões de desempregos, trabalhadores brasileiros são obrigados a se reinventar

"Nunca coloque todos os ovos que você tem numa mesma cesta. Assim, se ela cair, nem tudo estará perdido e você ainda conseguirá fazer um bom omelete." Isso é o que diz um provérbio popular antigo, mas que nunca foi tão atual. Na crise enfrentada pelo Brasil, a população tem aprendido que é preciso saber fazer um pouco de tudo na vida. Acostumados às mudanças, os brasileiros e brasileiras têm o dom de se reinventar para se adaptar e vencer as dificuldades. Este é o lado bom do chamado "jeitinho brasileiro", que aumenta a informalidade no mercado de trabalho, mas é a alternativa encontrada por muitas pessoas para driblar o fantasma da crise.

"Ser freelancer ou profissional autônomo lhe coloca em uma condição instável e fica bem complicado pensar em planos de longo prazo. Tenho enviado currículos pela internet, mas, no último mês, não fiz nenhuma entrevista. Sinto que o Brasil continua passando por um período de grave recessão e que ainda há poucas perspectivas de melhora em curto prazo. Vivemos uma crise política violenta, que agravou ainda mais o cenário econômico!", descreveu a jornalista Marcela Oliveira.

Para Marcela, este período em que está procurando emprego tornou-se um momento de muitas transformações. De repensar prioridades, suas formas de consumo

e suas manias. "Avaliando por este aspecto, acho até que está sendo positivo, pois tenho reaproveitado coisas, evitado desperdício. Tenho deixado de comprar muitas coisas que eu teria comprado se estivesse empregada, mas que não me acrescentariam nada, só satisfariam o

meu desejo de consumo", enfatiza.

Com a marca de 12 milhões de brasileiros que perderam seus empregos, segundo registro da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil está entre os dez países com maior número de desempregados de acordo com o ranking Austin Rating, uma agência classificadora de risco de crédito de origem brasileira e que



comparou os últimos índices oficiais de 51 países.

Esses dados refletem o quanto é grave a situação brasileira que já atinge todas as camadas populacionais. "Tive uma empresa com 30 funcionários, mas, a partir de 2005, começaram as dificuldades por conta da liberação de produtos vindos da China, o que atingiu diretamente o setor têxtil. Como tudo o que eu fazia era confeccionado, não consegui resistir à concorrência desleal. A empresa encerrou as atividades e hoje eu vivo de bico", explica Alexandre Petrólío, empreendedor que teve empresa na área de comunicação visual.

Segundo Alexandre, que iniciou as atividades de sua empresa em 1997, o fato de ele ter sido empreendedor por muitos anos hoje dificulta o seu retorno ao mercado de trabalho. "Tentei me recolocar na área administrativa, numa empresa de transportes e no marketing, já que é o setor em que eu mais atuei, só que a questão de você ser empresário e fechar sua empresa te descredencia, além do fato de ficar muito tempo fora do mercado de trabalho. No Brasil, a ideia é que se você faliu é porque foi incompetente. Isso está se tornando um agravante para eu me recolocar", disse.

Outro profissional que está vivendo na pele as dificuldades causadas pela crise é Márcio Gomes Nobre, que trabalhou na indústria química de transformação no ramo de autopeças e perdeu o emprego em janeiro de 2015. "Eu estava preparado para o pior, pois muitos colegas de trabalho já tinham sido demitidos antes de mim, por isso já estava procurando algum meio alternativo para enfrentar um possível período de desemprego. Quando fui mandado embora, demorei a dar a notícia para minha esposa, pois nossa filha tinha dois meses e ela ainda estava amamentando, mas, como tenho parentes que são

"Sou casado há 23 anos e temos um filho de 18 que está fazendo cursinho gratuito para prestar vestibular para direito. O outro, de 16 anos, está fazendo Etec, mas nossa família sentiu uma queda de padrão, porque não temos mais TV a cabo, por exemplo, nossa internet é baixa, a gente não consegue manter as mesmas amizades, pois não dá mais para fazer os mesmos passeios. Hoje, pedir uma pizza é uma extravagância e, para piorar, estou com problema em pagar as contas de água e luz, mas, por conta da localização da minha casa e da minha formação, não consigo redução das tarifas ou qualquer tipo de incentivo. Eu perdi crédito e credibilidade com as pessoas, o que deixa esse período muito difícil."

Alexandre Petrólío



taxistas, essa foi a alternativa que encontrei e estou até hoje nesse ramo", relata.

Marcela acredita que a situação dos trabalhadores de baixa renda está ficando cada vez mais fragilizada. "Somente se fala em extinção de direitos, flexibilização das leis trabalhistas (terceirizações, 'pejotização'), degradação do sistema de educa-

ção, fim da obrigatoriedade de disciplinas como artes, educação física, filosofia, entre outras que são fundamentais para o desenvolvimento de qualquer cidadão! Sem falar do teto de gastos para educação, saúde e cultura! Tudo isso agrava a nossa condição, no sentido de termos limitados os nossos direitos elementares", conclui a jornalista.



"No começo, foi desesperador e tive até depressão, pois fiquei com medo de não conseguir honrar os meus compromissos e arcar com as dívidas que tinha adquirido. O principal, no meu caso, era o apartamento – moradia da minha família e que a gente tinha recém adquirido. Fiquei com muito receio de perder uma conquista que estava sendo almejada por muito tempo e voltar para o aluguel. Eu usei boa parte do meu Fundo de Garantia para amortizar a dívida e as prestações ficarem mais suaves. Com ajuda dos meus parentes, eu consegui trabalhar com o táxi e me adaptar rápido. Não tive tantos problemas quanto ao pagamento das dívidas."

Márcio Gomes Nobre

DIRIGENTES SINDICAIS COMERCÍARIOS REALIZAM 4ª PLENÁRIA NACIONAL

O encontro reuniu líderes de todos os Estados brasileiros que debateram a união das entidades para enfrentar os desafios impostos, principalmente, pelo avanço das tecnologias

A UGT (União Geral dos Trabalhadores), entidade que mais agrega sindicatos de defesa dos trabalhadores e trabalhadoras do setor de comércio e serviços no Brasil, promoveu, entre os dias 23 e 25 de novembro, em Florianópolis, Santa Catarina, a 4ª Plenária Nacional dos Dirigentes Sindicais Comerciários da Central.

O evento, que contou com a participação de Ronaldo Nogueira, ministro do Trabalho, reuniu 287 sindicalistas de diversos Estados da Federação e teve como objetivo debater os principais temas que envolvem a categoria.

A abertura da Plenária contou com a presença de Ricardo Patah, presidente nacional da UGT; Waldemar Schulz (Mazinho), presidente da UGT-SC; Levi Fernandes Pinto, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC); José Cloves Rodrigues, secretário nacional do Comércio da UGT; Gustavo Triani, diretor Regional da UniAmericas; Santa Regina Pessotti Zagretti, secretária nacional da Mulher da UGT; José Gonzaga da Cruz, secretário nacional do Comerciário da UGT; Luiz Carlos Motta, presidente da UGT-SP e da Federação dos Empregados no Comércio

de SP; Vicente da Silva, presidente da Federação dos Comerciários do Paraná; Márcio Fatel, presidente da Federação dos Comerciários da Bahia; José Francisco Pantoja, presidente da Federação dos Comerciários do Pará; e Severino Ramos, vice-presidente nacional da UGT.

Em seu discurso de abertura, Ricardo Patah reforçou que este é um importante momento para refletir sobre as mudanças, principalmente as tecnológicas, que estão acontecendo de forma geral no mundo do trabalho, em especial para o setor de comércio e serviços, o que vem gerando o fechamento de muitos estabelecimentos e o crescimento do desemprego. "É fundamental ter a sensibilidade de compreender o que está acontecendo e buscar alternativas para vencer as adversidades que se apresentam."

Patah enfatizou que a plenária teve a responsabilidade de buscar

medidas conjuntas entre sindicatos, federações e a CNTC para enfrentar as situações adversas do setor, mas fez uma observação de que o atual cenário político, por todo seu conservadorismo e por estar majoritariamente dominado pelo setor empresarial, no momento se apresenta como o pior dos obstáculos a serem vencidos. "A UGT fez um sugestão que foi acatada pelo presidente Temer, de que qualquer discussão sobre proposta de mudança trabalhista seja iniciada somente no ano que vem, pois tem um projeto de terceirização de 1998, lá do governo Fernando Henrique, que é pior do que o que foi aprovado na Câmara e esse tipo de terceirização tira direitos e generaliza, o que é muito ruim."

Como anfitrião, Mazinho parabenizou a todos e lembrou que os dirigentes presentes à 4ª Plenária tiveram a responsabilidade de representar toda a categoria comerciária. Ele ressaltou, para a reflexão de todos, que a organização da classe trabalhadora no Brasil passa por momentos complicados de ataques severos que visam precarizar e enfra-



Ricardo Patah, presidente nacional da UGT, na abertura da Plenária

quecer toda sua estrutura, por isso é muito importante a união de todos.

José Cloves falou que o comerciário, antigamente, não era um profissional que aparecia tanto e que, apesar de ser uma das categorias mais importantes para a economia do País, falava-se muito dos metalúrgicos, por exemplo, mas, atualmente, os trabalhadores e trabalha-

doras do comércio vêm ganhando seu espaço e reconhecimento como um dos principais setores que movimentam a economia brasileira. "Nós temos que ser protagonistas e dar o nosso recado", explicou o dirigente.

Cloves ressaltou que este é um momento oportuno para avançar com propostas para se encontrar o rumo que o movimento sindical dos comerciários precisa seguir para enfrentar esses desafios. "2017 será um ano ainda mais difícil, mas precisamos enfrentar e a UGT pode e deve fazer isso, pois é a única central que não tem vínculo com nenhum partido político, por isso pode dialogar com o governo A ou B", disse. »



Waldemar Schulz (Mazinho), presidente da UGT-SC



José Cloves Rodrigues, secretário nacional do Comércio da UGT



"Este é realmente um momento delicado. Nós viemos de Brasília para participar da 4ª Plenária Nacional dos Dirigentes Sindicais Comerciários da UGT, porque aqui estão todas as lideranças sindicais comerciais ligadas à Central e creio que esses debates são fundamentais para nos nortear como dirigentes sindicais para que a gente possa enfrentar essas situações."

Luiz Carlos Motta
Presidente da UGT-SP e da Fecomercários



"Um dia nossa categoria foi desorganizada, mas hoje estamos organizados numa Central que é a que mais agrega entidades representantes de trabalhadores e trabalhadoras dos setores de comércio e serviço. A divisão, para nós, não é a solução para vencer os desafios impostos contra nossa categoria."

José Gonzaga da Cruz
Vice-presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo



"Cada sindicalista que está aqui representando os comerciários de todos os Estados do Brasil retorna para suas bases renovado e revigorado para o enfrentamento de qualquer medida imposta pelo governo Temer que venha a representar retrocesso contra os direitos da classe trabalhadora."

Adrião Barbosa
Sindicato dos Comerciários de Alagoinha e Região-BA

“SOU O MINISTRO DO TRABALHO DA UGT”, DIZ RONALDO NOGUEIRA



O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, participou da 4ª Plenária Nacional dos Dirigentes Sindicais Comerciários da UGT, atendeu algumas delegações estaduais e reiterou que os trabalhadores não correm risco de perder direitos, pelo contrário, sua equipe pretende consolidá-los. “Buscaremos transformar o 13º salário, as férias, os

vales transporte e refeição como cláusulas péticas, para que esses direitos nunca sejam mexidos”, reforçou Ronaldo.

Segundo Nogueira, a reforma trabalhista é uma medida que não tem como objetivo agradar o empresariado nacional, mas, sim, enfrentar as adversidades que deixaram 12 milhões de desempregados no Brasil. “Eu não tenho dois discursos, por isso, quando fui a um evento com empresários, ressalté que precisamos fazer o enfrentamento aos fatores que foram preponderantes para esse aumento de desemprego. O foco dessa transformação é a classe trabalhadora”, disse.

Ronaldo Nogueira reforçou que as reformas trabalhistas estão baseadas em três eixos, que contemplam

a consolidação de direitos, segurança jurídica e criação de oportunidades ou geração de empregos, e que a UGT é uma entidade que pode dar uma contribuição fundamental para combater o desemprego no Brasil.

Em relação à terceirização, o ministro destacou que é preciso regulamentar o contrato de serviço especializado para dar mais segurança ao trabalhador e que sua equipe está atenta a todas as propostas que tramitam na Câmara dos Deputados, que é um colegiado com pluralidade de visões, de mercado e de mundo, que torna natural a tramitação de diversas propostas. Porém, o foco do Ministério do Trabalho é proteger o trabalhador e promover políticas públicas que atendam a esse objetivo.

Carta de Florianópolis

Os comerciários brasileiros filiados à UGT, reunidos de 23 a 25 de novembro de 2016, em Florianópolis, Santa Catarina, durante a 4ª Plenária Nacional dos Dirigentes Sindicais Comerciários, após amplo debate de avaliação dos temas de interesse da categoria, destacam:

Considerando o atual cenário em que toda a classe trabalhadora tem seus direitos adquiridos ameaçados pelas decisões que visam atender, única e exclusivamente, o setor patronal e com o argumento de equilibrar a economia buscando inserir na sociedade políticas públicas de austeridade, os dirigentes comerciários propõem:

- A UGT deve fortalecer as ações sindicais coordenada com as demais centrais sindicais contra as severas ameaças aos direitos dos trabalhadores e se colocar de maneira propositiva com alternativas que contribuam para superar a crise sem afetar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.
- Combater as formas de trabalho disfarçadas de pessoa jurídica, a chamada “pejotização”, nas relações de emprego que se caracterizam claramente por um vínculo entre empregado e empregador.
- O comércio eletrônico ainda não é tão acentuado no Brasil como comumente se imagina, pois ele representa cerca de 10% das vendas do varejo. No entanto, a tendência é haver uma ampliação nos próximos anos. Diante deste quadro, coloca-se o desafio de incorporar os trabalhadores do comércio eletrônico na representação sindical comercial.
- Desenvolver, por meio das assessorias e do Instituto de Altos Estudos da UGT, um trabalho permanente de análise prospectiva e de acompanhamento de tendências de desenvolvimento tecnológico e seu impacto no mundo do trabalho.
- Reivindicar a participação dos sindicatos e dos trabalhadores nos planos de reorganização empresarial que impliquem mudanças nas relações de trabalho.
- Organizar a representação sindical no nível da cadeia produtiva como experiências em outros países em que o sindicato dos comerciários também representa os trabalhadores envolvidos nas operações de transporte e armazenagem.
- Incentivar a formação de Acordos de Trabalho Global realizados com federações sindicais internacionais, a exemplo da UNI Américas.
- Sobre a reforma na Previdência, é necessário apresentar um orçamento transparente para a sociedade e criar um Conselho de Seguridade Nacional com a participação do Governo, dos trabalhadores, empregadores, aposentados e pensionistas para gerir a Previdência e a Seguridade Social.
- Somos contra uma reforma na Previdência que amplie o tempo de idade ou de contribuição, para que não haja penalidade para as pessoas mais pobres e para as mulheres que têm múltipla jornada de trabalho.
- A categoria profissional dos comerciários foi regulamentada pela Lei nº 12.790 de 14 de março de 2013, dispondo sobre o exercício da profissão. A referida lei definiu a categoria como os empregados nos comércios conforme o quadro a que se refere o artigo 577 da CLT. Foi uma intensa luta para aprová-la no Congresso Nacional, entretanto, trouxe diversos benefícios aos trabalhadores no comércio, tais como a obrigatoriedade do registro na carteira de trabalho da função efetivamente exercida; estabeleceu jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 semanais, dispondo que qualquer alteração nessas jornadas somente poderá ser feita por meio de acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho; estabeleceu a obrigatoriedade de piso salarial para a categoria por meio de negociação coletiva; facultou o estabelecimento de cursos de formação e qualificação profissional por meio da negociação coletiva; e fixou 30 de outubro como o Dia do Comerciário. A referida lei precisa ser divulgada e aplicada no mundo jurídico trabalhista mediante ação das entidades sindicais de empregados no comércio.



AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E O PAPEL DO MOVIMENTO SINDICAL

“O nosso projeto político como movimento sindical é um mundo sustentável. O projeto político do capital e das multinacionais é ganhar a maior quantidade de dinheiro hoje, sem importar o que acontecerá com o mundo amanhã”

“As transformações no setor trabalhista estão acontecendo de forma muito rápida, o que faz a sociedade ter que enfrentar seus problemas atuais, mas pensar nas adversidades futuras, tais como o que fazer quando a tecnologia 4.0 acabar com postos de trabalho na área comercial, por exemplo”, diz Victor Báez, secretário Geral da Confederação Sindical das Américas (CSA).

Segundo Báez, o tema é complexo, mas precisa ser enfrentado, pois milhares de postos de trabalho estão em risco e, muito provavelmente, haverá uma inversão de papéis, uma vez que o maior problema da sociedade deixará de ser o salário mínimo para ser o ingresso mínimo do cidadão ao mercado de trabalho. “Então, de que vamos viver se não tivermos trabalho?”, indaga.

“Como vamos financiar isso? Será com imposto? Será preciso prestar mais atenção à evasão de divisas, que passará de um crime financeiro a delito de assassinato, porque será um impedimento à vida e à realização de pessoas que não têm mais trabalho por conta do advento da tecnologia”, ressaltou Victor.

O dirigente observou que a marcante propaganda feita nos grandes veículos de comunicação dá a entender que o principal problema do Brasil é a corrupção, que tem que ser combatida mesmo, mas também é preciso intensificar ações no combate à evasão de divisas. “Se a gente contabilizar qual é o nível

de falsificação das faturas nas exportações e importações, o Brasil perdeu cerca de R\$ 139 bilhões de faturamento. Isso significa evasão de divisas, fuga de dólares para os paraísos fiscais”, disse Báez.

“O que fica oculto e muito bem guardado é o prejuízo produzido pela evasão fiscal, que é muito maior do que o dano causado pela corrupção”, avalia Victor ao citar as multinacionais e todo o seu sistema de produção.

“A empresa matriz fica no norte e a produção fica nos países em vias de desenvolvimento, pois é mais barato por conta dos baixos salários. Depois de pronto, o produto é mandado de volta para o norte, local em que eles fazem a venda e as propagandas, onde fica a maior parte dos lucros. Esta é uma injustiça que ainda vai permanecer por muitos anos, mas precisa ser combatida”, explica.

Victor Báez mencionou o filósofo francês Michel Foucault, que defendia que o poder é exercido em redes – o que deixa inevitável a comparação com multinacionais, que estão

exercendo seu poder no mundo todo, e salientou que a única organização capaz de confrontar essa rede é o movimento sindical. “Os partidos políticos não, pois a internacional socialista está se desintegrando, então o movimento sindical é a única organização que pode enfrentar esse sistema.”

“O movimento sindical é uma rede igualmente mundial e capaz de confrontar esse modelo, claro que em aliança com outros setores da sociedade que comungam os mesmos sonhos, como movimento das mulheres, os camponeses, as organizações de direitos humanos. Todos esses movimentos, junto ao movimento sindical, querem uma vida melhor para o futuro. Aí está o confronto em nível mundial.”

Nesse contexto, para o secretário Geral da CSA, a UGT cumpre um papel importante, uma vez que a Central é a segunda maior entidade brasileira e está entre as cinco maiores da América Latina, portanto, pode mirar sua luta não só nas questões brasileiras, mas também na situação mundial.



Victor Báez, secretário Geral da Confederação Sindical das Américas (CSA)

UGTs ESTADUAIS



Regiões

Norte

ACRE

Presidente: Maria Altinizia Santos Santana

Rua Minas Gerais, 412 – CEP: 69900-315 – Centro – Rio Branco/AC

Tels.: (68) 3224.3471 / 8401.1600 / 8402.5009 – E-mail: ac@sinttelacre.com / tinamaria@brturbo.com.br

AMAZONAS

Presidente: Antonio Mardonio de Albuquerque

Rua Tarumã, 779 – CEP: 69025-040 – Centro – Manaus/AM

Tel.: (92) 3184.8546 – E-mail: ugtamazonas@gmail.com / ningou@uol.com.br

Home Page: www.ugtamazonas.com.br – Facebook: www.facebook.com/ugtam.barbosadossantos

Rondônia

Presidente: Francisco de Assis de Lima

Rua Buenos Aires, 1646 – Bairro Nova Porto Velho – CEP: 76820-138 – Porto Velho/RO

Tels.: (69) 3227.5414 – E-mail: ugtrovh@gmail.com

TOCANTINS

Presidente: Célio Mascarenhas Alencar

Quadra 104 Norte - Rua NE 11 - Nº 40 – Plano Diretor Norte – CEP: 77006-030 – Palmas/TO

Tel.: (63) 3215.1052 – E-mail: ugt-to@ugt.org.br / celioalencar@yahoo.com.br

Home Page: www.ugt-to.org.br

AMAPÁ

Presidente: Amiraldo da Silva

Av. Iracema Carvão Nunes, 644 – Centro – CEP: 68900-090 – Macapá/AP

Tel.: (96) 3222.1036 / 3223.5394 – E-mail: ugt-ap@ugt.org.br

PARÁ

Presidente: José Francisco de Jesus Pantoja Pereira

Av. Gentil Bitencourt, Alameda José Faciola, 262 – Bairro Nazaré – CEP: 66040-180 – Belém/PA

Tels.: (91) 3222.2120 – E-mail: ugtpa@yahoo.com.br

RORAIMA

Presidente: Fabiano Antonio da Silva Xavier

Rua Dr. Rubem Lima Filho, 524 – Cambara – CEP: 69313-335 – Boa Vista/RR

Tels.: (95) 3224.4600 / 3626.2128 – E-mail: siticop-rr@hotmail.com / fabianoxavier2@hotmail.com

Nordeste

ALAGOAS

Presidente: Jackson Lima Neto

Rua Barão de Jaraguá, 520 – CEP: 57002-140 – Centro – Traipu/AL

Tels.: (82) 99318.5330 / 3321.0842 – E-mail: jacksonlimaneto@gmail.com

CEARÁ

Presidente: Agenor Lopes da Silva

Avenida Presidente Castelo Branco, 168 – CEP: 60010-000 – Centro – Fortaleza – CE

Tels.: (85) 3253.1558 – E-mail: ugtce@yahoo.com.br

PARAÍBA

Presidente: Romero Baunilha Neto

R. Rodrigues de Aquino, 14 – Centro – CEP: 58013-030 – João Pessoa/PB

Tel.: (83) 3222.5429 – E-mail: ugtpb.paraiba@gmail.com

PIAUI

Presidente: Celso Henrique Barbosa Lima (licenciado)

Rua Magalhães Filho, 941 – Térreo – M. Paranaguá – CEP: 64.002-450 – Teresina/PI

Tel.: (86) 3223.9719 – E-mail: ugtpi@hotmail.com

SERGIPE

Presidente: Ronildo Torres Almeida

Av. Doutor Carlos Firpo, 284 – Centro – CEP: 49010-250 – Aracaju/SE

Tels.: (79) 3214.0906 / 3211.4216 – E-mail: ugtse79@hotmail.com

BAHIA

Presidente: Magno Rogério Carvalho Lavigne (licenciado)

Rua Maciel de Cima, 02 – Largo Terreiro de Jesus – Pelourinho – CEP: 40026-250 – Salvador/BA

Tels.: (71) 3328.0885 – E-mail: secretariagtba@gmail.com / magnolavigne@gmail.com

Home Page: www.ugtba.com.br – Facebook: www.facebook.com/ugtba

MARANHÃO

Presidente: Weber Henrique Nascimento Marques

Av. Mascarenhas de Moraes - BL 15 - Casa 1 - Bairro Alemanha - CEP: 65.036-810 – São Luiz/MA

Tels.: (98) 3221.2018 – E-mail: ugtdomaranhao@hotmail.com

PERNAMBUCO

Presidente: Luiz Gustavo de Pádua Walfrido

Rua da Condição, 381 – São José – CEP: 50020-050 – Recife/PE

Tels.: (81) 3224.6045 – E-mail: ugt.pernambuco@gmail.com – Home Page: www.ugtpe.org.br

RIO GRANDE DO NORTE

Presidente: João Maria Pereira dos Santos

Av. Nascimento de Castro, 03 - Galeria Ville - Bairro: Dix Sept Rosado

CEP: 59052-300 – Natal/RN – Tels.: (84) 3213.4919 – E-mail: ugrn@hotmail.com

Facebook: https://www.facebook.com/pages/Ugt-Rio-Grande-D-Norte/363914563701105?ref=trf

Centro-Oeste

BRASÍLIA

Presidente: Isaú Joaquim Chacon

Avenida W4 Sul – Sep 707/907 – Lote E – Conjunto C – Edifício San Marino

CEP: 70390-078 – Brasília/DF – Tel.: (61) 3225.0227 – E-mail: ugtbrasilia@gmail.com

Home Page: www.ugtbrasilia.com.br – Facebook: www.facebook.com/ugtbrasilia

MATO GROSSO

Presidente: Cledison Gonçalves da Silva

Rua Pedro Dorileu, 359 – Bairro Dom Aquino – 78015-150 – Cuiabá - MT

Tel.: (65) 3641.3076 / 2127.9154 – E-mail: ugtmt@hotmail.com

GOIÁS

Presidente: Manoel do Bomfim Dias Sales

Rua 23, nº 419, Sala 06 – Edifício 28 de Agosto – Centro – CEP: 74015-120 – Goiás/GO

Tel.: (62) 3645.6500 / 3432.0179 – E-mail: ugtgoias@gmail.com

Facebook: www.facebook.com/ugtgoias.ugtgoias

MATO GROSSO DO SUL

Presidente: Jefferson Borges Silveira

Rua Guaratuba, 27 – Vila Sobrinho – CEP: 79110-220 – Campo Grande/MS

Tels.: (67) 3325.8744/0853 – E-mail: ugt-ms2011@hotmail.com

Sudeste

ESPÍRITO SANTO

Presidente: Ari George Floriano de Siqueira

Rua Raimundo Gama Fortaleza, 15, 2º piso, Bairro do Cruzamento/Romão

CEP: 29041-324 – Vitória/ES – Tel.: (27) 3024.1810/1811/1812

E-mails: ugt.es.ugt@gmail.com

Facebook: www.facebook.com/uniao.dostrabalhadores

RIO DE JANEIRO

Presidente: Nilson Duarte Costa

Rua Camerino, 128 – grupo 601 / 602 / 702 – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20080-010

Tels.: (21) 2223.2656 / 2233.7849 – E-mail: ugt-rj@hotmail.com / nilsonduartecosta@ig.com.br

Home Page: www.ugtrj.com.br – Facebook: www.facebook.com/ugt.riodejaneiro

MINAS GERAIS

Presidente: Paulo Roberto da Silva

Rua Carijós, nº 244 – 5º andar, sala 513 – Edifício Walmap – Centro – CEP: 30120-900

Belo Horizonte/MG – Tel.: (31) 3222.2631 – E-mail: ugtminasgerais@gmail.com

Home Page: www.ugtminas.org.br

UGT SÃO PAULO

Presidente: Luiz Carlos Motta

Rua Mituto Mizumoto, 320 – Liberdade – CEP: 01513-010 – São Paulo/SP

Tels.: (11) 3060.6600 – E-mail: presidencia@fecomerciariorj.org.br

Sul

PARANÁ

Presidente: Paulo César Rossi

Rua 21 de Abril, 315 – Alto da Glória – 80045-160 – Curitiba/PR

Tels.: (41) 3082.5979 / 3082.5989 – E-mail: ugt@ugtparana.org.br

Home Page: www.ugtparana.org.br

SANTA CATARINA

Presidente: Waldemar Schulz Junior (Mazinho)

Avenida Santa Catarina, 1508 – Estreito – CEP: 88075-500 – Florianópolis/SC

Tels.: (48) 3733.4032/4033 – E-mail: sede@ugtsc.org.br – Home Page: www.ugtsc.org.br

RIO GRANDE DO SUL

Presidente: Paulo Roberto Barck

Avenida Farrapos, 1358 – Floresta – CEP: 90220-001 – Porto Alegre/RS

Tels.: (51) 3557.1123 – E-mail: assessoria@ugtrs.org.br / seegeral@ugtrs.org.br

Home Page: www.ugtrs.org.br – Facebook: https://www.facebook.com/ugtrs





UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES

Sindicalismo Cidadão, Ético e Inovador

Rua Aguiar de Barros, 144 - Bela Vista - São Paulo/SP
CEP 01316-020 - Tel.: 11 2111-7300 - Fax: 11 2111-7301

www.ugt.org.br

Ricardo Patah, presidente

BRASIL

